

RATIO BARNABITICA

Projeto Formativo



CONGREGAÇÃO DOS CLÉRIGOS
REGULARES DE SÃO PAULO - BARNABITAS

Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo

Barnabitas

RATIO BARNABITICA

Projeto de Formação

Roma 1999

A TODOS OS BARNABITAS

Caríssimos irmãos no Senhor,

Fico muito feliz de apresentar, à nossa Congregação, a *Ratio*, fruto de intensa e atenta elaboração por cerca de dez anos, de 1983 em diante, revista e relançada no Capítulo Geral de 1994 (n^{os} 48-49), radicalmente reformulada, segundo as exigências atuais e de acordo com as indicações da Igreja. Assinalo, para reconhecimento de todos nós, o prolongado e extremamente válido trabalho desenvolvido pela Comissão (animada pelo Assistente Geral Pe. Enrico M. Sironi) e pelas periódicas reuniões dos Formadores; agora, vem às nossas mãos o resultado e cada um poderá avaliar o empenho e o fruto de uma longa obra, para a formação de nossos jovens Religiosos, como também de nós adultos e anciãos.

Agora, trata-se de utilizar este precioso instrumento no campo vivo de nossas casas de formação e de todas nossas comunidades. Ele poderá nos ajudar, de forma eficaz, na “edificação espiritual de nossa Religião” (cf. S. A. M. Zaccaria, *Constituições*, cap. 12, início). todos sabemos, no entanto, que a formação não é uma técnica, mas sim uma arte humana e uma graça divina, em estreita colaboração. Isto nos estimula a perseverar na oração pelas Vocações (número e qualidade) e sublinha, uma vez mais, que esta causa se joga a nível dos Formadores: são eles que sustentam e tornam fecunda, para todos nós, esta missão; a eles, de Roma às Filipinas, da América Latina à África, onde quer que um candidato bata à nossa porta e comece a caminhar conosco, a eles devemos o maior reconhecimento e o mais leal apoio, afetuoso e construtivo.

Durante a fase de preparação, um Confrade expressou, com certo azedume, seu pensamento sobre a *Ratio*, que estava sendo redigida: “O que vocês estão preparando, com o atual vazio de vocações? Hoje, vocês deviam queimar o **Diretório** e não elaborá-lo com tanto esforço!” A mim parece, ao contrário, que a cuidadosa preparação (aliás obrigatória, por vontade da Santa Sé e a exemplo de todas as outras Instituições), e mesmo a simples leitura deste “guia de formação”, nos ajude a crescer, em qualquer idade, nos faça abrir o coração e as portas, nos predisponha a atrair, acolher e acompanhar nossos aspirantes, sejam eles poucos ou muitos.

Com esta esperança de cordial abertura e eficaz atração para as jovens gerações, na lembrança do primeiro “jovem Barnabita”, que foi

Santo Alexandre Sauli, lhes transmitimos este **Directório**, a que, apropriadamente, se deu o nome de *Ratio*, nome que exprime bem sua articulada complexidade, a grande riqueza de seu conteúdo, seu estilo mais de linha inspiradora do que de manual operativo. A *Ratio* é, ainda, um germe de revitalização, que, conforme a lei evangélica (Lc. 8, 15), vai preparar “corações bons e perfeitos, que acolham a Palavra de Deus e produzam frutos com sua perseverança”.

Pe. LUIGI M. VILLA
Superior Geral

Roma, 11 de outubro de 1999
Memória de Santo Alexandre Sauli

Introdução à 2ª edição

Esta edição da *Ratio* se deve à pouca divulgação da edição anterior. De fato, foram impresos apenas 50 exemplares para as duas Províncias do Brasil. A maioria dos confrades nem conhecia este instrumento fundamental para a nossa família religiosa.

Nesta edição, conservamos a tradução de Maria Lúcia Pereira Karam (Rio de Janeiro, 2001), fazendo apenas as modificações aprovadas pelo Capítulo Geral de 2006 no que se refere ao período do Postulantado (n^{os} 195-203) e à preparação para a Profissão Solene (n^{os} 272-280). Confirmam também o texto conclusivo votado pelos formadores reunidos em Roma de 6 a 10 de fevereiro de 2008 e aprovado, com algumas correções, pela Consulta Geral em 16 de novembro de 2009, para deixar o texto mais conforme as indicações do Capítulo Geral de 2006.

No final desta edição, será possível, também, conhecer as preocupações dos formadores que motivaram as modificações relativas ao Postulantado.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 2013
Solenidade de Santo Antônio Maria Zaccaria
Nosso Pai e Fundador

Pe. Luiz Antônio do Nascimento Pereira CRSP

Nossa capa

A formação é como um cubo mágico! Ela, porém, não acontece num passe de mágica, mas exige dos formadores uma habilidade adequada para lidar com personalidades diferentes, nem sempre bem formadas. Aliás, se já estivessem formadas, não haveria necessidade de tantos anos de oração, estudo, pastoral antes da Profissão Solene e das Ordens.

O cubo mágico da formação compromete também os formandos, para que adquiram as habilidades necessárias para colocá-los na sua forma final, em que tudo se harmoniza. É preciso caminhar com as próprias pernas, como dizia o Fundador (10401-02) e não se esquecer que devemos estar sempre dispostos para a formação permanente.

ABREVIATURAS

AAS	<i>Acta Apostolicae Sedis</i>
C.	ZACCARIA, A. M., Constituições
Constit.	<i>Constitutiones</i> 1579
Const.	Constituições 1984
CG 94	Deliberações do Capítulo Geral de 1994
CIC	<i>Codex Iuris Canonici</i>
CTI	<i>Commissio Theologica Internationalis</i>
DC	<i>Documentation Catholique</i>
EV	<i>Enchiridion Vaticanum</i>
GS	<i>Gaudium et Spes</i>
Ca.	ZACCARIA, A. M., Cartas
LG	<i>Lumen Gentium</i>
OR	<i>Osservatore Romano</i>
PC	<i>Perfectae Caritatis</i>
PI	<i>Potissimum Institutioni</i>
RD	Reino – Documentos
S.	ZACCARIA, A. M., Sermões
VC	Vida Consagrada
VFC	Vida Fraternal em Comunidade

INTRODUÇÃO

Objetivo e valor do plano geral de formação

“O fim primeiro da formação é o de permitir, aos candidatos à vida religiosa e aos jovens professos, que inicialmente descubram e, depois, assimilem e aprofundem em que consiste a identidade do religioso”.¹

1. A pastoral vocacional e a formação inicial e permanente para a vida religiosa necessitam de uma *ratio*, cujo objetivo é o de oferecer critérios práticos de execução do quanto já estabelecido pela legislação eclesiástica e pelas Constituições.

2. Com o presente plano de formação cumpre-se o disposto no Código de Direito Canônico [CIC 650.1, 659.2; Const. 130, 131].

3. O plano de formação:

inspira-se na Palavra de Deus e, especialmente, nos ensinamentos de São Paulo e do Santo Fundador e na secular tradição espiritual e apostólica da Congregação.

- a) Está atento ao presente e olha para o futuro, avaliando, com discernimento, a situação social e eclesial na qual vivem e atuam os Barnabitas;
- b) é válido para toda a Congregação, pois a unidade de direção na pluralidade de situações envolve o ser e o agir de todos, sendo instrumento e garantia de unidade;
- c) não é exclusivo nem exaustivo, na medida em que constantemente remete ao Magistério Eclesiástico, ao Código de Direito Canônico, às Constituições.

O presente texto, enquanto guia para o trabalho de animação vocacional e de formação integral dos religiosos, tem valor normativo para todos, tendo-o especialmente para quem for designado para atuar nestes setores e para todos aqueles confiados a seus cuidados [cf. Const. 131].

4. Cada província providenciará para que sejam trazidas ao presente plano de formação, com base nas exigências dos diversos ambientes, as adaptações e integrações que entender necessárias, as quais

deverão ser aprovadas pela consulta provincial e ratificadas pela consulta geral.

Fundamentos teológicos da vocação

5. Para dar sentido e eficácia às normas destinadas a disciplinar a promoção vocacional e a formação, é indispensável que se tenha uma visão aprofundada dos fundamentos teológicos do chamado e do seguimento, visão esta extraída das Escrituras e sobretudo dos ensinamentos de São Paulo, rica de referências à tradição dos Padres da Igreja e dos Santos e repensada segundo os sinais e necessidades dos tempos, nela devendo emergir a centralidade de Cristo e a dimensão eclesial.

Vocação cristã e vocação religiosa

6. Fonte de toda vocação é Deus Pai: é ele quem chama todos os homens para a vida e para a comunhão com ele. À gratuidade da iniciativa divina deve corresponder a escuta e a adesão do homem.

7. Jesus Cristo convida todos os homens a segui-lo, porque somente o seguindo, “caminho, verdade e vida”, poder-se-á chegar ao Pai (Jo 14, 6). Cristo, no entanto, chama alguns a segui-lo mais de perto, para que “estejam com ele”, para “enviá-los a pregar”, e para que tenham “o poder de expulsar os demônios” (Mc. 3, 14).

8. O Espírito Santo faz surgir uma diversidade de carismas, de ministérios e de modos de ação: “a cada um é dada uma manifestação particular do Espírito para o bem comum” (I Cor. 12, 4-7).

9. A Igreja é o instrumento ordinário, através do qual chega a cada um o dom divino do chamado.

Perfil original da Congregação

10. A Congregação dos Clérigos Regulares de São Paulo, surgida em uma época de grandes atribulações religiosas, faz parte do movimento

católico de reforma, que desembocou no Concílio de Trento. O fundador, Santo Antônio M. Zaccaria (1502-1539), intuiu a importância, que teria para a causa da reforma, um movimento articulado nos vários componentes do povo de Deus: sacerdotes vivendo em comum e sob uma regra (clérigos regulares), freiras ativamente atuantes no apostolado (que se deram o nome de Angélicas) e leigos, especialmente casados, empenhados, seja espiritualmente, seja na pastoral.

11. Os três grupos, chamados os **três colégios**, teriam como tarefa a **renovação do fervor cristão**, expressão que, para Zaccaria, significava a urgência de restituir vitalidade à prática religiosa, então mortificada pela tibieza, ou seja, pela fraqueza espiritual e pela mediocridade.

12. A ânsia reformadora lhe vinha da meditação assídua sobre a vida e os escritos de São Paulo, modelo perene de quem realmente pretende converter-se a Cristo para consumir-se pelo bem do próximo; por isso, o Apóstolo foi escolhido como patrono, inspirador e guia da Congregação, de tal forma que seus membros foram chamados inicialmente e permaneceram “filhos” e “plantas de Paulo” [Ca. 7].

13. Nossa família religiosa, cuja denominação oficial é **Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo**, ditos Barnabitas, é, juridicamente, uma instituição clerical de direito pontifício e de votos perpétuos e solenes. É composta de religiosos professos: sacerdotes, irmãos coadjutores e candidatos que já tenham canonicamente iniciado o currículo de formação.

1.1. Introdução

14. Meditando sobre o mistério de graça na história da família “zaccariana”, das origens até os nossos dias, podemos descobrir três fases distintas, que contribuem, de forma diversa mas complementar, para delinear uma identidade espiritual própria, a serviço da Igreja e do Reino de Deus, na comunidade humana.

15. Estas três fases da história concreta de salvação, que, no curso de cinco séculos, nos foi traçada pela Providência, na misericórdia e com o poder divino, constituem-se:

- do **carisma de fundação** de nosso pai Santo Antônio M. Zaccaria e dos co-fundadores Bartolomeu Ferrari e Giacomo A. Morigia;
- da **virada institucional**, conforme a estrutura canônica dos Clérigos Regulares, patrocinada pelo bispo de Milão, São Carlos Borromeu;
- da redescoberta, em tempos bastante recentes, da comunhão espiritual dos **três “colégios paulinos” originais** dos Barnabitas, das Angélicas e dos Leigos de São Paulo.

16. Nenhuma destas três fases de nossa história de salvação pode ser arbitrariamente reduzida ou subestimada, sem deixar perder partes importantes e decisivas de tudo que o Espírito Santo nos sugere, hoje, como resposta ao convite da Igreja, que, conforme as perspectivas do Concílio Ecumênico Vaticano II, convida a redescobrir o carisma fundacional, com vista a uma resposta mais adequada às exigências do Reino de Deus.

1.2. O carisma de fundação

17. Nosso pai e fundador, Santo Antônio M. Zaccaria, quis responder às instâncias de reforma da Igreja de seu tempo, indicadas, com firmeza, pelo Espírito Santo, a toda a Igreja européia, ao longo do século XVI.

Junto com seus primeiros companheiros, Tiago Antonio Morigia e Bartolomeu Ferrari, e no contexto de um caminho eclesial compartilhado com outras pessoas, ele chegou a interpretar esta “reforma” como uma

renovação espiritual,¹ voltada para a reanimação do “fervor cristão”, de modo a anunciar “a vivacidade espiritual e o Espírito que dá vida a tudo” [Ca. 5], qual uma concreta nova evangelização para seu tempo.

18. Tal projeto de **reforma-renovação**, se não objetivava propriamente uma revisão da estrutura da Igreja, certamente comportou, de fato, uma valorização original do tecido eclesial de seu tempo. Zaccaria quis projetar uma família espiritual, caracterizada pela sensibilidade paulina e composta de homens e mulheres consagrados, sacerdotes e casados, cooperadores ativos, seja no plano da formação e do crescimento espiritual, seja no plano da atividade apostólica.

19. O Fundador intuiu a riqueza irrenunciável de uma comunidade que, com as diferenças de carismas, em plena comunhão de vida, contribuísse para a formação e para o crescimento individual e comum, para daí tirar uma energia multiplicada no anúncio da “vivacidade espiritual” e do “Espírito que dá vida a tudo” [Ca. 5].

A espiritualidade paulina na interpretação do carisma de fundação

20. O espírito paulino foi colhido por Zaccaria no que se refere ao zelo apostólico, sustentado pelo caminho espiritual dos **filhinhos e plantas de Paulo**: “Tenham a certeza que o Cristo Crucificado tomará a iniciativa antes que vocês falem e estará ao seu lado em todas as palavras e boas intenções. Paulo dizia (2 Cor. 10, 13) que chegaria até os limites que o Cristo marcasse. Ora, o limite que Jesus Crucificado lhes prometeu é que as forças de vocês irão penetrar os corações até o mais profundo (Hb. 4, 12). Será que vocês não vêem que Ele lhes abriu as portas com suas próprias mãos? Portanto, quem os impedirá de penetrar intimamente nesses corações, de mexer com eles e de trabalhá-los, até que fiquem enriquecidos com verdadeiros valores? Ora, ninguém, seja quem for, nem o demônio, nem criatura alguma (Rm. 8, 39)” [Ca. 6].

21. Esta espiritualidade paulina, vivida carismaticamente por Zaccaria, foi por ele proposta a seus seguidores, conforme o caminho assim apontado:

- a) a **observância dos mandamentos do Senhor**, segundo suas exigências, sempre mais aprofundadas: “... esforcemo-nos em observar, antes de mais nada, os Mandamentos de Deus e, depois, chegaremos à liberdade de espírito, que pedimos que Deus nos dê, por causa de sua bondade” (S. 1);

- b) o **esclarecimento da opção fundamental**, que significa separar-se da tibieza para, gradualmente, estabelecer-se no santo fervor cristão: “a vida espiritual exige que você não volte atrás e que não pare; mas, tendo saboreado aquela doçura divina, cresça a cada dia, esquecendo o passado e se voltando para o futuro” (S. 2);
- c) a **aquisição da “luz” e do “fogo”**, para empreender, resolutamente, o caminho da reforma: “assim espero que, gastando-me pelo próximo, o Cristo Crucificado me dará de volta a luz e o fogo que me animavam e, finalmente, agirei com segurança ...” (Ca. 12);
- d) o **desejo de “perfeição total e ilimitada”**, qual fruto da magnanimidade nas relações com o Senhor: “Cresça o quanto você pode, porque você é cada vez mais devedor! Jamais ... pense ter feito muito, mesmo tendo as coisas que foram citadas acima em grau de ardente desejo: porque, quanto mais pagamos, tanto mais ficamos devedores de coisas maiores ainda” (C. 12);
- e) a **busca apaixonada da ciência da cruz**, de modo a suportar, com serenidade, a humilhante cruz de si mesmo: “o Espírito ... paráclito ... não vai deixar vocês errarem, mas lhes ensinará todas as coisas e não as deixará esmorecer, ficando sempre com vocês e não as deixará carentes, dando-lhes todo o necessário, de modo especial, uma serenidade permanente, mesmo não as livrando das humilhações da cruz. Ele as ajudará a viverem uma vida de acordo com a de Cristo, imitando os grandes santos, de modo que vocês possam dizer, como dizia seu Pai: *Imitatores nostri estote, sicut et nos Christi* (I Cor. 4, 16; 11,1)” (Ca. 5);
- f) a **busca da pura honra de Deus**, abraçando, com generosidade, as humilhações e vilipêndios sobre si mesmo e empenhando-se ativamente no que for útil para o próximo: “Ora, a verdadeira finalidade da Reforma revela-se nisto: que procuremos tão somente a pura honra de Cristo, a pura utilidade do próximo, o puro desprezo de nós mesmos e só injúrias, para que os reformadores considerem agradável o ser desprezados” (C. 16);
- g) o **estado permanente de reforma**, seja na vida pessoal, como na vida comunitária: “Você já viu, por acaso, um frade ou uma freira (não digo religiosos) feitos de ovos podres e de manteiga rançosa? Fique sabendo que a esses tais faltavam essas qualidades, porque alguns se uniam aos reformadores para não viverem simplesmente como irmãos e sim para serem superiores de si e dos outros; uns, para viverem na tranqüilidade com os companheiros, outros para se dedicarem ao estudo, outros para

darem a impressão de estar fazendo obras grandiosas. E, assim, com outras intenções, muitos trabalham em vão. Por isso, que a sua intenção seja reta, para você trabalhar apenas para a honra de Deus: seja boa para a utilidade do próximo; seja consistente e firme, por causa do desprezo de si mesmo. Quem não tiver essas boas e retas intenções, procure adquiri-las antes de começar a reformar; a intenção sumamente boa e reta merece a ajuda de Deus e, deste modo, a reforma poderá durar, ao menos alguns séculos” (C. 18).

O caminho do carisma paulino em vista do carisma da reforma

22. Para percorrer este caminho espiritual, Zaccaria ressaltava os seguintes pontos, como essência e fundamento de toda espiritualidade:

- a) a **Eucaristia**: “A sua principal conversão para Deus é se alimentar da Eucaristia. Caríssimo, não deixe de comungar: não existe mais nada que o possa santificar, pois aí está o Santo dos santos” (S. 3);
- b) a **Reconciliação**: “... confessar-se é mais do que fazer o trabalho de jardineiros, que se limitam a podar e cortar os pequenos galhos e os raminhos das árvores e sempre têm que podar e cortar. Mas, pelo contrário, se arrancarem as raízes das plantas e das árvores, acaba o trabalho da poda e, depois, ganham com pouco cansaço, os frutos da terra sem espinhos. Assim, os penitentes devem insistir no trabalho de extirpar as raízes de seus vícios, como por exemplo: a soberba, que é a raiz de todo pecado (I Tm. 6, 10) só se arranca com a profunda humildade de quem tem sede de desprezo e sente fome das injúrias” (C. 12);
- c) a **oração**, com especial atenção à oração mental: “Experimente, então, meu caro amigo, dialogar familiarmente com o Cristo Crucificado ... como você faria comigo – e converse com Ele sobre suas coisas e também Lhe peça conselhos” (Ca. 3). “A oração mental é tão necessária para o nosso crescimento espiritual, que, sem dúvida, cada um de vocês pode concluir – e isso eu digo com toda certeza – que quem não se dedicar a ela e não se deleitar interiormente nela, jamais progredirá” (C. 10);

- d) a **contemplação** da Eucaristia, em estreita conexão com o mistério do Cristo Crucificado: “o Crucificado vivo”.²
- e) um clima geral de **empenho ascético**, concretizado na penitência: “Ora, quem deseja tornar-se espiritual ... começa cortando alguma coisa: um dia, uma, outro dia, outra e assim, vai continuando, até eliminar a pelanca e tudo da carne que não serve mais. Por exemplo, no começo, elimina as palavras que ofendem, depois as inúteis para, enfim, só falar o que faz crescer ...” (Ca. 11);
- f) o **silêncio interior e exterior**: “É preciso que você ame muito a Meditação e a Oração. A Meditação e a Oração freqüentes, depois de algum tempo, ensinam a empreender o trabalho de conduzir os outros pelo seu caminho. A oração impede de errar a quem quer andar e conduz com grande facilidade quem quer progredir. E como a Oração e a Meditação trazem a luz, ninguém assuma a responsabilidade de guiar os outros, se lhe faltarem essas luzes. A Oração e a Meditação mantêm o homem forte diante de Deus e, por isso, ele sabe o que convém fazer ou deixar de fazer. Ninguém pense que pode guiar os outros se for cego; dessa maneira, todos os dois cairão no buraco (Mt. 15, 14; Lc. 6, 39)” (C. 18);
- g) o **estudo da sagrada Escritura**: “Estudem a Sagrada Escritura e se deleitem com avidez na tentativa de entendê-la e compreendê-la, de modo a sondar e revelar seu sentido mais oculto, principalmente aquele que é útil para a formação pessoal ... Vocês conseguirão isso na verdadeira imitação de Jesus Crucificado” (C. 8);
- h) o **estudo da Tradição autêntica da Igreja**: “poderão ler todo Doutor aprovado pela Igreja, os livros dos Santos Padres ... Mas, deleitem-se, de modo particular e especial, na leitura de livros que tratem de assuntos de instrução e formação de bons costumes, da perfeição da vida, da verdadeira imitação de Cristo ... Fiquem sabendo que é melhor ler pouco e mastigar bem o que lemos, que ler superficialmente e às pressas muitas coisas e muitos autores, pois isso é, antes, satisfazer a curiosidade que estudar” (C. 8);
- i) a **conferência³ comunitária**: “... As reuniões⁹ serão feitas diariamente, com a presença obrigatória de todos os clérigos e leigos, os quais, em comum e, pelo espaço de pelo menos uma hora, falarão sobre: a extirpação das raízes dos vícios (pecados), o modo de adquirir as virtudes verdadeiras e reais e não as fantásticas, o auxílio da Providência de Deus e dos anjos, os enganos do demônio, a perfeição da vida e o máximo das virtudes ... Não deixem, de modo algum, que as reuniões caiam em sutilezas, considerando os costumes de forma genérica, mas se atenham ao estudo dos costumes em

particular e não deixem que a conversação descambe para um estilo acadêmico, inconsistente. Antes, que ela tenha um tom de palestras persuasivas, segundo o método dos Santos Padres, evitando toda superficialidade e palavras rebuscadas ... Por isso, tudo o que for concluído e estabelecido pelos mais velhos, não em idade, mas em vida santa, escrevam-no num livro. E, se estiverem de acordo, façam reuniões sobre o mesmo assunto, duas ou mais vezes, até que ele fique bem esclarecido” (C. 9);

j) a **responsabilidade de cada um pelo caminho de todos**: “o homem interior precisa igualmente do alimento espiritual e do alimento material. Por isso, cada um preste bem atenção, porque, quem não sentir fome deste alimento, ou melhor, quem não o procurar (nas lições da Sagrada Escritura, nas exortações, nas Conferências) com ansiedade, para o seu sustento e também não o esmiuçar para os outros, com toda certeza fará morrer de fome e de miséria a si mesmo e aos outros” (C. 12);

k) a **prática dos conselhos evangélicos**, segundo as exigências do próprio estado, religioso, sacerdotal ou leigo: a todos o Senhor “ ... fará aquilo que havia prometido ... dará a perfeição ... a manifestação particular da sua bondade por causa da sua miséria ... a graça de viver os conselhos” (S. 3).

23. Destes pontos essenciais conclui-se que o barnabita encontra sua inspiração e seu vigor espiritual:

- na **loucura da cruz**, paradoxo humano, mas **sabedoria e poder de Deus** (I Cor. 1, 25), capaz de introduzi-lo no dinamismo da **vida nova**;
- na **vida fraterna em comum**, alma e lugar que permite crescer nesta experiência e força espiritual para testemunhar o Evangelho e o espírito das bem-aventuranças;
- no **estilo de nosso agir**; aquilo que faz do barnabita um homem inspirado e movido pela **profundidade**, ou seja, pelo fervor que determina a escolha antes da qualidade do que da quantidade, para servir à Igreja e ao homem.

Onde e quando exercitar o carisma da reforma

24. Os âmbitos de exercício do carisma da reforma não foram precisamente delineados por Zaccaria, que, na realidade, se preocupou em distinguir, de forma prática e específica, as várias ocasiões de ministério que, vez por outra, se apresentam, sem se obrigar a uma delimitação de campos demasiado específica: “ ... dentro em breve o

Crucificado as enviará para anunciarem, por toda parte, a vivacidade espiritual e o Espírito que dá vida a tudo” (Ca. 5).

Nosso Fundador preocupou-se, acima de tudo, em evitar divagações inúteis, que pouco têm a ver com a essência do carisma da reforma: “Não ... se dediquem às artes liberais e à poesia e filosofia de muitas palavras” (C. 8).

1.3. A virada institucional

25. A morte de Zaccaria, que, de um ponto de vista humano, foi por demais prematura diante das necessidades dos três **colégios paulinos**, o aparecimento de algumas personalidades um tanto discutíveis, os interesses políticos que exilaram os **paulinos** das terras do Vêneto, a humilhação de uma visita apostólica e o abandono de nossa família por parte de não poucas forças igualmente válidas – e tudo isto em um período de cerca de vinte anos – não podem ser compreendidos ou explicados somente através de intervenções ocasionais, puramente humanas, de vários fatores negativos simultâneos.

26. A Igreja inculturada na Europa do século XVI ainda não estava pronta para acolher todas as demandas autênticas de reforma, que lhe chegavam das várias partes de seu **corpo espiritual**. Aqueles que, então, tinham as mais altas responsabilidades de interpretar e obedecer aos sinais dos tempos, no esforço para discernir entre verdadeira e falsa reforma e no ofuscamento do pecado, que sempre estorva os homens, até eles cometerem erros, só mais tarde admitidos e publicamente reprovados.

27. Entre as várias demandas positivas daquele tempo, que foram relegadas, estavam as novas instituições concretas, propostas por Santo Antônio M. Zaccaria, com a finalidade de fazer viver o espírito paulino no carisma da reforma. Todavia, em meio a dúvidas e suspeitas suscitadas por várias experiências ambíguas da época, a Igreja reconheceu o valor da espiritualidade de Zaccaria e de seus **herdeiros e filhinhos legítimos**, que, no entanto, deveriam sacrificar todas as novidades institucionais de seus **três colégios**: os Leigos de São Paulo foram deixados à margem de nossa vida, as irmãs Angélicas foram conduzidas para a clausura e os Barnabitas concordaram em se conformar à instituição canônica dos Clérigos Regulares.

28. Nossos padres sentiam-se abatidos pelas adversidades vividas, mas São Carlos Borromeu compreendeu-lhes o espírito e quis transmitir-lhes confiança, valorizando-os de diversos modos,⁴ de tal forma que surgiram até mesmo numerosas vocações.

Foi mérito do espírito reformador e, ao mesmo tempo, bastante prático de São Carlos Borromeu saber intuir o valor daquele grupinho de **clérigos**; escolheu-os como colaboradores e dirigiu o processo de revisão radical de seu modo de vida até a redação das Constituições de 1579, assim podendo se valer de nosso carisma espiritual da **reforma**, juntamente com o de outras famílias religiosas, para sua obra mais ampla de reforma da diocese de Milão.

Segue o mistério de graça na nova instituição canônica

29. Nas novas Constituições sobressaía um *incipit* paulino nas referências escriturísticas, mas certamente consoante a revisão institucional querida pela cúria romana e habilmente mediada por São Carlos Borromeu e pelo bom senso de nossos Padres: *Omnia honeste et secundum ordinem fieri debere* (cf. Vg. 1Cor.14, 40)⁵ *praecipit Sanctus Paulus Apostolus*”.⁶

O originário espírito paulino de Santo Antônio M. Zaccaria permanecia através da expressão programática, depois tornada clássica em nossa tradição familiar: **sem nos conformarmos à mentalidade deste mundo e nos dedicando inteiramente a Deus, nos pomos ao serviço da salvação de nossos irmãos.**⁷

“Coragem, irmãos! Se até agora houve alguma falta de firmeza em nós, vamos jogá-la fora junto com a negligência e corramos como loucos não só para Deus, mas também para o próximo, pois é o próximo que recebe tudo aquilo que não podemos dar a Deus, porque Ele não precisa de nossos bens” (Ca. 2).

30. Nossa história subsequente deve, pois, ser compreendida como um caminho inteiramente posto nas mãos do Senhor, muito além de todo o nosso projeto original de obras e instituições, necessitadas da contribuição de todos, devedoras da bondade de quem quer que nos ajudou e nos valorizou, prontas a superar a letra dos ditados jurídicos, mas ainda com a necessidade de deixar formas de atividade e de serviços eclesiais até mesmo de grande porte.

31. No curso de nossa história sofremos, ainda, um certo achatamento no espírito de nossas origens, custando a formular um verdadeiro projeto em comum, excetuadas algumas experiências que nos caracterizaram no tempo. O fato de estarmos, efetivamente, entregues à intuição espiritual e à genialidade de alguns confrades fez, por assim dizer, oscilar nossa identidade apostólica entre o serviço pastoral e um modo diversificado de estar presente nas mais diversas situações em que fomos chamados a atuar.

32. Assim devemos entender o sentido de nosso crescimento, do final do séc. XVI aos nossos dias, conforme as diferentes exigências da Igreja, às vezes como geniais antecipações dos tempos, na maior parte dos casos como resposta humilde e fiel a necessidades contingentes e mutáveis, mas sempre como realização objetiva do carisma, paulino na disponibilidade e “zaccariano” na contribuição para reformar pessoas e instituições, segundo o Evangelho da **vivacidade espiritual** e do **espírito que dá vida**.

33. A continuidade histórica de qualquer obra ou instituição não depende de mecanismos de transmissão puramente humanos: somente **luz e fogo** podem permitir ser verdadeiros colaboradores da vontade dAquele que tudo dispõe com sabedoria e providência infinitas.

Nossa pequenez, hoje mais do que nunca, nos entrega ao divino beneplácito, que, não obstante os inevitáveis erros humanos, nos acolheu mesmo como **pequeno rebanho**, essencialmente empenhados em realizar o carisma de nosso padre Fundador: nossa fecundidade depende do Senhor, a cujo chamado específico tentamos responder na família “zaccariana”.

No espírito da profecia do Concílio Ecumênico Vaticano II

34. O Espírito Santo, na palavra profética do Concílio Ecumênico Vaticano II, chamou todas as famílias religiosas e formas de vida consagrada na Igreja para uma corajosa obra de discernimento, pedindo um retorno às fontes e à graça das origens de toda forma de carisma no corpo espiritual do Senhor, abandonando, em espírito de conversão, tudo aquilo que não mais se conforma àquela graça de origem e ao caminho dirigido pelo próprio Senhor, ao longo da história.

Responder ao convite do Vaticano II significa buscar e reviver os elementos essenciais da fisionomia de nossa família religiosa no interior da Igreja e para o mundo contemporâneo.

Não pretendemos pensar que o dever a nós confiado pelo Vaticano II possa ser cumprido graças simplesmente a um ato cognoscitivo: na realidade, tudo – mente, coração, inteligência e abnegação, prudência e sacrifício – concorre para que se torne possível colocar-se em sintonia com tudo que o Espírito pede à Igreja no início do terceiro milênio (Ap.1-3), como testemunho profético diante dos grandes desafios.⁸ Na perspectiva da nova evangelização, o consagrado é uma profecia viva do amor de Deus pelos homens. Com riqueza profética, testemunhamos o primado de Deus, dos bens futuros e uma fraternidade sem fronteiras, nem culturais, nem étnicas.

1.4. Antônio Maria Zaccaria e a espiritualidade da reforma

35. Identificamos na **reforma** a intuição fundamental do carisma de Antônio M. Zaccaria; uma intuição em torno da qual devem convergir os traços característicos de sua espiritualidade: espírito paulino, Cristo crucificado e Eucaristia.

A concreta realização da intuição de Antônio M. Zaccaria

36. Zaccaria moveu-se na trilha da obediência ao estímulo do Espírito para a Igreja de seu tempo, fazendo suas algumas demandas; sobretudo **a vivacidade espiritual** e o **espírito que dá vida**, a ser anunciado **por toda parte**, constituem a essência de sua evangelização com referência à **reforma**.

As circunstâncias concretas de sua experiência envolveram várias pessoas em um projeto de esforço comum na mesma direção. Para Zaccaria e seus colaboradores, a **reforma** na Igreja não foi apenas uma tarefa de cada um, configurando-se sim através de um caminho de comunhão, caracterizado por um forte empenho em temperar e afiar o homem interior, por um estímulo recíproco para perseguir tal intento, por um pontual recurso aos sacramentos, pela partilha de fé e sabedoria espiritual através e em torno da Escritura e por uma ação apostólica tendente a relançar o fervor espiritual e a **reforma** do modo de vida pessoal e comunitário, seja dos leigos, como do clero e das comunidades religiosas da época. A relação entre progresso espiritual de cada um,

vida comum e ação apostólica, nos **paulinos**, poderia ser definida como sístole e diástole.

37. Em termos negativos, Zaccaria identificou a **tibieza** e o legalismo religioso como os pontos fracos mais graves de sua época; projetou a mudança das estruturas da vida religiosa, sempre que se revelasse impossível uma sua **reforma** normal no sentido espiritual; quis evitar qualquer divagação cultural, seja nas ciências humanas, como nas teológicas, revelando, por assim dizer, a paixão pela essencialidade e pelo autêntico progresso espiritual.

Talvez tenha sido exatamente esta paixão pela essencialidade da vida espiritual, voltada para a recuperação da **vivacidade espiritual e do espírito que dá vida**, que lhe tenha feito projetar uma estrutura de família espiritual bastante estranha, inovadora e profética para o seu tempo: religiosas fora da clausura, que compartilharam com religiosos e leigos casados um caminho de formação espiritual, de vida comum e de ação apostólica voltadas para a evangelização.

Suas primeiras intenções, com este propósito, registram uma experiência em curso já há algum tempo: parecem atentas apenas ao caminho espiritual e à essencialidade de seus fins; levam em conta muito genericamente os problemas jurídico-estruturais que tal experiência acabaria por criar; e não refletem nenhuma consciência específica das novidades estruturais postas em movimento.

38. Por outro lado, a valoração dos sintomas da sociedade e da Igreja italiana de seu tempo, operada por Zaccaria, não se detém em um balanço recriminador nem de estruturas, nem de pessoas.

A situação é sentida pelo Fundador como tendo um potencial positivo, uma época densa de perspectivas, oferecendo a oportunidade de viver tudo com profundidade, certamente ligando-se às exigências de **reforma** de toda a Igreja de seu tempo – ou, ao menos, da ocidental –, mas que vai muito além desta, como de qualquer outra contextualização histórica, para atingir algo perene, um espírito, um carisma, que a tradição subsequente dos Barnabitas e das Angélicas colheu, procurando contextualizá-los progressivamente.

Relançar o **fervor cristão**, anunciar a **vivacidade espiritual** e o **espírito que dá vida a tudo** constituíam as tarefas da Igreja daquele tempo, cuja seiva se extraía de uma leitura espiritual do epistolário paulino.

A reforma como carisma em Antônio M. Zaccaria

39. A espiritualidade da reforma, segundo Antônio M. Zaccaria, manifesta-se através de três sinais externos: a busca da **pura honra de Cristo**, da **pura utilidade do próximo** e dos **puros desprezos e humilhações de si mesmo**, de modo que seja aceito com prazer o **ser desprezado**.

O aprofundamento destes elementos essenciais permite atingir a lucidez e a energia espiritual que habilitam a trabalhar pela reforma na Igreja, sem presunção e sem suscitar confusão.

Como Paulo olha para o homem livre em Cristo, mas vê também aquele que tem necessidade do pedagogo dos dispositivos das igrejas, da mesma forma Antônio M. Zaccaria intui que a reforma da Igreja de seu tempo não pode ter mestres que não tenham sido autênticos discípulos; demonstra que não é possível construir uma casa começando pelo teto, devendo-se, ao contrário, partir das coisas mais elementares para chegar àquelas mais espirituais.

40. O discipulado configura-se, portanto, em um espírito paulino: resoluta empenho na vida espiritual individual e zelo apostólico, brotando da caridade sobrenatural. Em ambas dimensões predomina a figura do Cristo crucificado, vivo na Eucaristia.

De fato, o mistério da cruz é sentido como caminho de purificação em direção à perfeição, mas também como conformação a Cristo, através do modelo paulino, qual fonte de santidade de vida, de vivacidade espiritual.

No primeiro momento, ascético e vertical, o Crucificado faz viver uma experiência dolorosa, de duro e implacável trabalho sobre si mesmo, um contínuo aceitar e carregar as cruzes (Ca. 7), até obter a serenidade espiritual na humilhante cruz de si mesmo.

No segundo momento, apostólico e horizontal, a vida e o amor do Cristo crucificado nutrem a qualidade do anúncio da vivacidade espiritual e do espírito que dá vida a tudo. Todavia, a figura do Cristo crucificado está sempre presente no ministério apostólico: garantia de autenticidade da obra do Senhor, a cruz é olhar de fé e fonte de benção para qualquer ministério apostólico.

41. A Eucaristia é o sinal que recapitula o caminho de conformação ao Cristo crucificado e vivo, morto e ressuscitado, “Cristo Crucificado em todos os sentidos” (Ca. 9) e poderoso. O encontro com a Eucaristia, amplamente recomendado pelo Fundador mesmo em uma época de

tendências e práticas a isto contrárias, torna-se fonte de energias espirituais e momento de confronto com o mistério do sacramento, ao qual se é chamado a conformar-se.

A dimensão comunitária deste caminho é também essencial às suas finalidades: a liturgia, as **conferências espirituais**, as várias formas de capítulos, junto à vida cotidiana ordinária, marcam o compasso, aferem e promovem o caminho concreto de cada um e de todos, obrigando a fazer atuar os valores reais e concretos, sem divagar em virtudes sonhadas ou fantasiadas (C. 9). Para este fim, o estabelecimento de leis e estruturas é sinal da vontade concreta para viver o carisma da reforma.

42. Nosso Pai Fundador, de qualquer forma, intui que a vida cristã – e, com maior razão, a vida religiosa – não pode ser atrapalhada por um acúmulo de leis que freqüentemente vêm entendidas não como pedagogia capaz de liberar as energias da resposta de fé, mas como cômodo apoio à tibieza e à mediocridade espiritual.

Por outro lado, a vida religiosa, refreada pela falta do Espírito e sobrecarregada por leis vividas sem esperança, está inexoravelmente destinada a extinguir-se.

43. O Fundador não nos pensou grandes em número, nem importantes por obras ou por reconhecimentos da Igreja; nos quis, ao contrário, magnânimos no caminho da reforma, convencido de que o Cristo Crucificado teria estendido suas mãos sobre os filhinhos e plantas de Paulo (Ca. 7).

Em alguns momentos do meio milênio de história da família “zaccariana”, nosso serviço na Igreja comportou não pequenos reconhecimentos e responsabilidades, como, por exemplo, por volta do final do século XVIII e ao longo do século XIX.

Assim hoje, somos chamados – inclusive pelas demandas e pelos desafios que a Igreja e o mundo nos dão – a reler e reinterpretar o carisma “zaccariano” em seus valores mais essenciais.

A formação para o carisma da reforma

44. Segundo a intuição e o carisma de Antônio M. Zaccaria, os filhinhos e plantas de Paulo objetivam viver em um estado de perene reforma no qual se deve inspirar o projeto de formação.

Exprimindo-se com a força do paradoxo, ele chegou a afirmar que deveria ser considerado como realmente pertencente à família por ele iniciada, não quem dela fizesse parte apenas formalmente, mas sim quem, ainda que em contexto totalmente diferente, de fato vivenciasse seu espírito. Nesta mesma linha, Zaccaria convidava os fervorosos a se separar dos tífios, para escaparem de sua pressão mortífera, recordando o fato de que os santos sempre promoveram “sedições, porém amando” (C. 17).

Como representado na intuição espiritual de Antônio M. Zaccaria, o carisma da reforma engaja todos e cada um em um caminho de formação permanente, iniciado com a descoberta da própria vocação para a família “zaccariana” e prosseguindo ao longo de toda a vida.

Paulo nos sugere as palavras exatas para descrever o sentido mais profundo da formação permanente: “... Não que eu já tenha conquistado o prêmio ou chegado à perfeição; apenas me esforço na corrida para conquistá-lo, pois também eu fui conquistado por Jesus Cristo. Irmãos, eu ainda não julgo ter chegado lá, mas, isto eu sei: esqueço o passado e me projeto para o futuro, corro na direção da meta, para chegar ao prêmio que Deus nos chama a receber lá em cima, em Cristo Jesus!” (Fil. 3, 12-13).

45. As rápidas mudanças das culturas e da sociedade, as evoluções e, eventualmente, as crises individuais, a esta altura, requerem que todos e cada um se ponham em estado de reforma permanente, se quisermos permanecer fiéis ao carisma dado pelo Espírito a nosso Pai Fundador. Neste sentido, a reforma permanente envolve os indivíduos, as comunidades e toda a família religiosa, em um autêntico processo de inculturação.⁹

No estado de reforma permanente somos convidados a um contínuo aprofundamento de nossa fé e de nossa consagração, a rever sempre mais apropriadamente nosso “correr como loucos não só para Deus, mas também para o próximo” (Ca. 2), a nos confrontarmos com o carisma da reforma como experiência pessoal e comunitária.

Também as estruturas, a nível local, provincial e de congregação, devem se empenhar em se colocar no estado de reforma permanente, para recolher os chamados de Deus, que instam à leitura dos sinais dos tempos, para elaborar e executar respostas adequadas a novos projetos de evangelização, no contexto de apropriado discernimento comunitário.¹⁰

A redescoberta da comunhão espiritual dos três colégios paulinos originários nos indica, não tanto o caminho de uma reforma

institucional imediata, que leve a uma cópia quase servil de nossas origens, quanto o caminho da comunhão espiritual e apostólica.

46. Para exprimir adequadamente, nos dias de hoje, a mesma experiência de Cristo, em uma atitude espiritual iluminada pelo Espírito Santo, que leve em conta o contexto histórico atual, a fidelidade ao carisma só pode consistir em inspirar-se no modo de proceder do Fundador.

Este modo de entender e proceder nos permite considerar nossa tradição barnabita dentro da rota traçada pelo Concílio Ecumênico Vaticano II e pelo subsequente magistério, segundo o qual sempre se faz necessário colocar os carismas em um contexto histórico concreto – o do Fundador, o da história da Instituição, o da sociedade atual.

A conformidade-fidelidade ao carisma “zaccariano” não significa, assim, uma mera repetição das mesmas coisas feitas por Antônio Maria, mas sim a colocar em prática uma fidelidade criativa, baseada na releitura e na atualização espiritual, diante de Deus, dos irmãos e do mundo.¹¹

1.5. Sobre o capítulo geral de 1994

47. Neste sentido, são iluminadoras as indicações do capítulo geral de 1994: “A autenticidade do carisma de uma Instituição comporta: a conformação a Cristo; a inspiração do Espírito Santo; a referência à Igreja, cujo mistério os religiosos exprimem, e à sociedade, cujas alegrias e esperanças compartilham, em uma perspectiva de salvação, para a qual devem anunciar, de modo crível, que **o mundo não pode ser transfigurado e oferecido a Deus, sem o espírito das bem-aventuranças.**”

Esta autenticidade há de ser melhor especificada, em um estilo particular – mais fácil de perceber do que de definir – de santificação, de vida e de apostolado, a partir do qual se desenvolve uma determinada tradição no interior do Instituto.

A nota carismática peculiar a um Instituto – tratando-se de uma graça viva – exige constante verificação acerca da fidelidade ao plano originário de Deus e a seu projeto de salvação, atenção à história e aos sinais dos tempos e consciente pertença à igreja local e universal. Daí vem uma contínua renovação do carisma, que relativiza usos e relações,

práticas espirituais e métodos de apostolado e que deve ser vivida mesmo em condições inéditas. Os **carismas individuais** contribuem para o enriquecimento, o desenvolvimento e o rejuvenescimento do Instituto, se se mostram coerentes com seu projeto de vida”.¹²

1.6. Algumas linhas de atuação

48. O carisma que o Espírito fez surgir em Antônio Maria e conservou em nossa família religiosa não é simplesmente um dom diretamente recebido por alguém, para sua santificação pessoal, mas sim para o bem da comunidade.

Assim entendido, o carisma não é uma realidade estática, mas dinâmica, de vida, que traz consigo uma perspectiva de caridade e de empenho humano imprescindíveis ao prosseguimento, nos dias de hoje, das intuições de nosso Fundador e da história que a ele se seguiu.

Junto à renovação interior, o Fundador propõe um modelo estrutural de atualização, que não pode deixar de ter um forte nível de organização programática acerca do apostolado. O centro diretor de nosso Instituto deve estimular as energias criativas da Congregação, verificar o caráter **novos** das atividades empreendidas, manter equilibrada a tensão entre indivíduo e comunidade.

Onde quer que se opere, a perspectiva é indicar novos caminhos pessoais e coletivos de vida cristã.

49. A dimensão profética, que se exprime, em nossa tradição, com a expressão familiar *saeculo renuntiantes*, não significa apenas renúncia ao espírito mundano, ou fuga ascética para o alto, mas também disponibilidade para a mudança pessoal e comunitária, ou seja, abandono daquilo que é velho, para correr na direção das novas exigências que o apostolado requer: **ir, iniciar a mudança-renovação e voltar**, lembrando ainda que, no interior da Congregação, a mudança, em geral, acontece por obra de grupos impulsores.

Os tempos de uma ação apostólica de renovação são variáveis; fechar não é sempre nem apenas sinônimo de insucesso, mas constatar o exaurimento de uma exploração apostólica, uma fase de pesquisa, uma experiência de mudança, na disponibilidade de aprender a **confiar** a outros nossas obras.

Em tudo isto, a vida comunitária tem sua palavra fundante “no caminho espiritual das pessoas consagradas, tanto para a sua constante renovação, como para o pleno cumprimento de sua missão no mundo”.¹³

(Footnotes)

¹ É neste sentido que será usado o termo **reforma** na *Ratio Barnabítica*

² G. Cagni,

IC.XC. + .

Coleção “

Panem nostrum

“ 2, Prov.

Romana PP. Barnabiti, Firenze, 1980, p.54.

³ Em nossa tradição, a

conferência

é um dos momentos fundantes da comunhão de vida, feito de comunicação na fé e verificação do caminho espiritual apostólico.

⁴ Santo Alexandre Sauli foi, até mesmo, nomeado vigário geral da diocese de Milão.

⁵ A citação, na realidade, é ligeiramente parafrástica, pois a edição crítica de Vg. 1Cor.14,40 (cf. Weber) diz: “

omnia autem honeste et secundum ordinem fiant”.

⁶ G. Cagni, “*Le Costituzioni dei Barnabiti*”

(Pro Manuscriptu) S. T. Istituto Gualandi, Firenze.

⁷ “*Saeculo renuntiantes, totosque nos Deo dedicantes, animarum saluti deserviamus*” (Constit. 1579; cf. Const. 1984, 7).

⁸ Cf. “Vida Consagrada

“

(VC), 84.

⁹ VC, 80.

¹⁰ VC, 73.

¹¹ VC, 36.37.

¹² Capítulo geral de 1994 (CG 94), “Deliberações

“

, 3-4. Ver também “Vida Fraternal em Comunidade

“

(VFC), 45.

¹³ VC, 45.

SEGUNDA PARTE

O PERCURSO DA FORMAÇÃO

1. PASTORAL VOCACIONAL

1.1. Introdução

50. A pastoral vocacional é a forma, a alma e a perspectiva unificadora de toda ação da Igreja, dimensão essencial, juntamente com a missionária.

51. “A missão da vida consagrada e a vitalidade dos Institutos dependem, sem dúvida, do empenho de fidelidade com que os consagrados respondem à sua vocação, mas têm futuro na medida em que outros homens e mulheres generosamente acolherem o chamado do Senhor”.¹

52. “O convite de Jesus **Vinde ver**(Jo 1, 39) permanece, ainda hoje, a regra de ouro da pastoral vocacional. Esta visa apresentar, segundo o exemplo dos fundadores e fundadoras, o fascínio da pessoa do Senhor Jesus e a beleza do Dom total de si à causa do Evangelho”.²

53. Nossa família religiosa, vivendo a própria vocação como dom de Deus a serviço dos irmãos, também desenvolve a devida pastoral vocacional, que propicia o seguimento de Cristo, na forma de vida, iniciada por Santo Antônio M. Zaccaria e interpretada, no tempo, pelas Constituições e por nossa tradição (Const. 129, 128).

54. A Congregação vive o esforço vocacional com realismo e esperança, tendo os olhos fixos no Senhor morto e ressuscitado e

dedicando-se, incansavelmente, à missão que Ele confiou à Igreja, para o mundo.

55. A terra boa para o florescimento das vocações é a própria vida da Congregação. Que cada comunidade, chamada a ser vocacionalmente fecunda, em seu viver e em seu agir, se sinta e se mostre responsável pelas vocações que o Espírito de Deus sempre suscita.

É importante cultivar as qualidades exigidas em quaisquer relações humanas com alegre simplicidade, tornando-nos capazes de jubilosa acolhida e escuta fraterna.

1.2. A animação vocacional

56. As inquietações do homem, no atual contexto social, encontram, na vida religiosa e na fraternidade de suas comunidades, um sinal de esperança.

Para anunciar o mistério do chamado de Deus a cada pessoa, a pastoral vocacional deve estimular a qualidade da vida fraterna em comum, lugar onde se unem o carisma originário e as expectativas da Igreja e da humanidade. De fato, “quanto maior o amor fraterno, maior a credibilidade da mensagem anunciada”³ e sua percepção pelo coração do homem de hoje.

57. A juventude é o período privilegiado para qualquer opção de vida, que será autêntica na medida em que constituir resposta a um chamado e a um projeto. É neste contexto que se insere o cuidado com a pastoral da juventude, atenta à dimensão vocacional. “Em cada setor de pastoral da juventude, a presença de nossos religiosos será concebida como serviço aos jovens, para uma proposta cristã de vida e uma eficaz participação deles na obra da Igreja, respeitada a personalidade de cada um, também em uma perspectiva vocacional específica” (Const. 117). A pastoral da juventude só se torna real e eficaz quando ajuda o jovem a descobrir o caminho que é chamado a percorrer.

Por isto, cada província esforça-se por preparar religiosos dotados de qualidades humanas e espirituais, que lhes permitam atuar de forma eficaz entre os jovens, ajudando-os a desenvolver o dom recebido no batismo, inclusive com vista a uma possível opção pela consagração.

58. Para atuar com os jovens, é necessário conhecer bem as condições de seu mundo atual. Este mundo insere-se em uma sociedade

urbana pós-industrial e em um clima familiar bastante frágil. No ocidente, mas também nos outros países, onde registra-se uma tendência cada vez maior a imitar o modelo de desenvolvimento capitalista, a disponibilidade econômica, estendendo-se a todas as faixas sociais, aumenta a permissividade e a satisfação imediata de bens passageiros, privilegiando a **cultura do imediato**, que resiste aos projetos e às opções definitivas. O fenômeno da secularização e a moda do humanismo profano conduzem à progressiva perda do **sentido do mistério**, perda esta que se traduz em uma diminuição da estima do fato religioso e em uma consciência moral autônoma, a buscar compensações hedonísticas.

Por outro lado, não diminui, nos jovens, a busca de significado, a busca do sentido das coisas e da vida, que se torna imperiosa exatamente pela situação de incerteza, em que habitualmente vivem. São muitos os jovens que sentem a religião como uma questão de vida: a fé é valorizada, por ser capaz de responder às suas mais profundas aspirações psicológicas, sociais e existenciais. Querem os jovens, acima de tudo, que a religião satisfaça sua demanda de fraternidade, mediante uma fé vivida em comunhão de vida.⁴

59. A atenção ao jovem nos estimula a encontrá-lo lá onde vive, do jeito que ele é, para ajudá-lo a tornar-se o que deve ser e a atingir uma maturidade humana e cristã, em harmonia com sua cultura. Definindo esta sua identidade por força do Batismo recebido, o jovem compreende aquilo que o Senhor quer dele e diz, a si mesmo e aos outros, quem é e o que quer ser. Uma pastoral da juventude assim entendida torna-se mesmo “o primeiro desafio e a primeira aferição da renovação espiritual e apostólica de nossa própria vida consagrada”.⁵

60. Neste paciente caminho de amadurecimento humano e cristão, feito não só de eventuais experiências de fé, mas de um real encontro com Deus, anunciado e proposto, o jovem pode perceber dentro de si o dom do chamado divino e sentir a necessidade de pedir e receber conselhos, para ser ajudado a encontrar sua estrada e segui-la.

61. Assim se inicia uma etapa preparatória para o itinerário vocacional propriamente dito, a que poderíamos chamar de **primeira acolhida dos aspirantes**. Nesta etapa, mais ou menos longa, dependendo das circunstâncias, é necessário fazer com que o jovem descubra as motivações profundas de sua busca, para descobrir se é

movido por uma reta intenção, ou por outros motivos, orientando-o a responder aos vários chamados do Senhor, aí incluído o chamado para a vida consagrada. Isto se dará mediante contatos periódicos com o Instituto ou com qualquer de seus representantes e convidando-o a fazer experiências de vida em comum, junto a uma casa de acolhida vocacional. Este primeiro contato não significa, porém, que os candidatos já sejam membros do Instituto.⁶

62. Jesus diz: “Não foram vocês que me escolheram, mas eu que os escolhi” (J. 15, 16), para sublinhar que a vocação é dom e graça. Somente em um contexto de escuta da Palavra e de oração forma-se aquela terra boa, na qual germina e floresce a vocação. A oração não é mero instrumento para pedir e manter **operários para a messe**, mas lugar onde o crente entra, vitalmente, no diálogo de amor da Santíssima Trindade.

1.3. Âmbitos e meios

63. Dentre os diversos âmbitos de desenvolvimento da pastoral vocacional, considera-se que devam merecer especial atenção:

- a **família**, enquanto lugar natural de educação para a fé;
- a **paróquia**, enquanto lugar de encontro na fé e celebração comum do mistério;
- a **escola** e os **pensionatos universitários**, enquanto locais de crescimento humano e cultural;
- os **grupos** e **movimentos eclesiais**, enquanto locais de especial vivacidade espiritual e vitalidade apostólica;
- o **mundo do trabalho**, enquanto lugar de participação e solidariedade;
- **esporte e lazer**, enquanto locais de encontro e crescimento, no respeito às regras e na socialização.

64. A presença e o esforço do barnabita educador e formador devem procurar resgatar cada um destes âmbitos de desenvolvimento para seu papel e sua missão em relação aos jovens. Fá-lo-á exercitando os valores fundamentais de nosso carisma e de nossa espiritualidade:

- pregação e “missões”;

- oração;
- centralidade do Cristo Crucificado;
- fervor e vivacidade espiritual;
- reforma contínua dos costumes.

65. Não se deve descuidar de todas aquelas iniciativas que possam contribuir para o discernimento e o amadurecimento vocacional dos jovens: grupos de discernimento, encontros periódicos, jornadas e semanas vocacionais, contatos epistolares, campos-escola, cursos de orientação, retiros espirituais. Neste campo, deixa-se largo espaço para os costumes locais e a criatividade pastoral.

Em alguns casos, sobretudo quando se trate de vocações adultas, pode-se pensar na inserção do aspirante em um grupo de Leigos de São Paulo, para que, em tal contexto, afira e aprofunde sua vocação.

1.4. Responsáveis pela promoção vocacional

66. A importância e a gravidade do esforço educacional e de formação, particularmente no mundo jovem, também na perspectiva vocacional, requer e pressupõe seriedade e competência naqueles que venham a ser designados para tal tarefa. Os primeiros responsáveis pela promoção vocacional são os Superiores maiores: deles dependem a programação, a organização e a distribuição das tarefas.

Os Superiores maiores serão auxiliados por seus conselheiros e encarregados setoriais.

67. O Ofício Central para as Vocações, cujos membros serão designados pelo Superior geral, ouvido o parecer de sua Consulta (Const. 232), tem as tarefas de promover, coordenar e aferir a atividade vocacional da Ordem, mantendo contatos e organizando, nas diversas sedes, encontros periódicos com os encarregados da animação vocacional.

68. Em cada província, é constituído o Ofício Provincial para as Vocações, com composição estabelecida pelo Superior provincial e sua Consulta. Suas tarefas são as de promover, coordenar e aferir a atividade vocacional da província, segundo o projeto que esta própria província tenha elaborado. Em tal Ofício, uma responsabilidade especial toca ao encarregado provincial das vocações, que deverá se empenhar em

solicitar e estimular a participação de todas as comunidades na execução do projeto; animar e harmonizar as diversas iniciativas de caráter vocacional; favorecer as relações com os órgãos e responsáveis setoriais das dioceses; promover a colaboração de todas as pessoas que nos são espiritualmente próximas, particularmente as irmãs Angélicas e os Leigos de São Paulo.

69. Em cada comunidade deverá ser nomeado, pelo capítulo local, o encarregado das vocações (cf. Const. 300), cujas tarefas são as de, em entendimento com o Superior, manter acesa a sensibilidade vocacional no interior da comunidade; estar atento para que a dimensão vocacional se faça presente em todas as atividades pastorais; animar a oração comunitária pelas vocações; tomar iniciativas específicas de promoção vocacional; permanecer em contato com o encarregado provincial; manter as ligações com o Centro diocesano vocacional; ser o responsável direto quando se apresente uma vocação, encarregando-se dela e encaminhando os contatos com os Superiores responsáveis.

70. A própria comunidade dos jovens em formação reveste-se de especial eficácia no compromisso vocacional. São eles as primeiras e mais convincentes testemunhas da beleza da vocação, entre os outros jovens, seu exemplo influenciando nas escolhas daqueles de sua idade, com quem têm contato.

1.5. Estruturas de apoio vocacional

71. Que, em cada província, exista, ao menos, uma casa especificamente destinada à acolhida, como ponto de referência ao qual possa o jovem se dirigir, quando pede simplicidade e pobreza, fraternidade e abertura, marcadas pelo ritmo constante da oração e do trabalho.

72. Onde o contexto social e eclesial o requeira, as instituições vocacionais, preferencialmente destinadas a acolher adolescentes e jovens, deverão se orientar para um primeiro discernimento vocacional, conforme um itinerário de educação para a fé, a ser executado, através das seguintes etapas:

- conhecimento e aceitação de si mesmo, enquanto sujeito que cresce e se abre para os outros e para a vida como mistério;

- abertura para o encontro com Jesus Cristo, na acolhida de sua mensagem e na adoção de um estilo de vida evangélico;
- desenvolvimento da dimensão interpessoal, para ser capaz de realizar a comunhão; assumir a própria vida como vocação, na descoberta do projeto de Deus.

73. Tais instituições deverão possuir um regulamento, tendo presentes as normas emanadas da Igreja e das Conferências episcopais locais, concernentes aos seminários menores, regulamento este a ser aprovado pela Consulta provincial.

74. Para os candidatos que ainda não tiverem terminado os estudos de ensino médio, deverá ser elaborado um plano de estudos, preferencialmente de índole humanística e científica, assim também para aquele que não tenha título humanístico, deve ser ajudado a completar esta preparação, necessária a um posterior acesso aos cursos filosófico-teológicos.

75. Os adolescentes e jovens, que dão mostras de vocação, mas permanecem no seio da família, devem ser oportunamente acompanhados durante o ano e reunidos periodicamente, para que lhes seja dada a possibilidade de viver experiências fortes, que ajudem seu amadurecimento.

Convém aconselhar os candidatos ao sacerdócio, para que direcionem seus estudos, em um sentido que favoreça o acesso posterior aos cursos filosófico-teológicos.

1.6. Itinerário vocacional

76. O itinerário vocacional tem alguns momentos característicos:

- o anúncio;
- a proposta;
- o discernimento;
- o acompanhamento.

77. O ponto de partida do caminho vocacional normalmente se encontra em uma comunidade cristã, que vive intensamente sua fé e na

qual ressoa o anúncio de que Deus é Pai e quer ver salvos todos os seus filhos (cf. 1 Tm. 2, 4). Ele é o Dono da messe e das vocações (cf. Mt. 9, 38). Em Jesus Cristo, o enviado do Pai, nós todos fomos chamados por Deus (cf. 2 Tm. 1, 9-10) para anunciar o Evangelho do Reino. É sempre Cristo que chama (cf. Jo 11, 28), mesmo se a vocação surge através da mediação de outros (Jo 1, 45). Acolhemos, assim, gratos ao Senhor, o eventual pedido dos jovens, que se abrem para o apelo interior do Espírito, desejosos de seguir Jesus Cristo mais de perto.

78. O passo subsequente a este primeiro e fundamental momento, em que o jovem aspirante é convidado a percorrer um real itinerário de formação humana e cristã, constitui-se de uma proposta direta para um caminho de fé, em um enfoque vocacional: “Vinde ver” (Jo 1, 39). Não deve haver nenhum temor em dar este passo e em dirigir, diretamente, o chamado do Senhor a uma pessoa.

79. À proposta segue-se uma fase de discernimento com o candidato, visando ler e interpretar os sinais do chamado. O discernimento será favorecido por uma relação sincera de amizade e pelo partilhar experiências comuns, que permitam a troca de pontos de vista e a aferição, em um plano concreto, de fatos e comportamentos. Esta fase conclui-se com um juízo de mérito sobre a oportunidade de se prosseguir o itinerário vocacional.

80. A fase do acompanhamento, que será pessoal e de grupo, ajuda aquele que foi chamado a tomar sempre mais consciência de sua vocação, até o ponto de fazer a própria opção. É, nesta fase, que se deve aprofundar a vida cristã daqueles que foram chamados, incrementar a oração, encorajar um maior conhecimento de si, das próprias forças e inclinações, assim como dos próprios limites, de modo a esclarecer as verdadeiras motivações, que orientam para uma determinada escolha. Para que aquele que foi chamado chegue a uma opção livre e consciente, faz-se oportuno convidá-lo a viver um tempo forte no Espírito.

81. Deverão ser asseguradas a continuidade e a progressão entre os vários momentos do itinerário vocacional e os momentos subsequentes da formação.

2. FORMAÇÃO

2.1. Orientações gerais

Introdução

82. No itinerário de formação distinguem-se os três momentos da **descoberta**, da **assimilação** e do **aprofundamento**, a que correspondem as etapas que a Igreja reconhece no âmbito da vida consagrada: **primeira acolhida dos aspirantes, postulado, noviciado, estudiantado, formação permanente**.

Neste itinerário, o candidato, com sua personalidade inconfundível, deixar-se-á envolver no processo de gradual adoção da forma evangélica de vida, como encarnada pelo Fundador e interpretada por nossa Ordem, no curso de sua história.

Chamados a “seguir Cristo, com maior liberdade, e a imitá-lo mais de perto”,⁷ aprendemos a nos tornar seus discípulos, empenhados em uma existência cristiforme, abraçada pelo homem, que busca uma plena transfiguração do seu ser, do seu sentir e do seu agir.

Na origem do chamado de todo discípulo, está o amor gratuito, pessoal e único de Deus Pai, que chama para a aliança com Ele em Cristo. O discípulo dócil ao Espírito Santo responde a esta aliança com seu amor. “Somente este amor, também ele de caráter nupcial e que compromete toda a afetividade da pessoa, permitirá a motivação e a sustentação das renúncias e das cruzes, necessariamente encontradas por aquele que deseja perder sua vida por causa de Cristo e do Evangelho. Esta resposta pessoal é parte integrante da consagração religiosa”.⁸

É neste contexto que podemos entender a disciplina necessária em toda formação.

Critérios inspiradores

83. A formação que pretendemos assegurar para quem abraça a vida barnabita deverá se caracterizar por:

- a) **globalidade**, de modo que todas as dimensões da pessoa se desenvolvam harmonicamente;
- b) **gradualidade**, escalonando-se as metas educativas dos diversos estágios da formação inicial e permanente;
- c) **interiorização**, de modo a integrar à própria vivência a norma exterior;

d) **auto-educação**, de modo que o próprio candidato se sinta protagonista de sua formação, que leva em conta as características e as exigências de cada candidato;

e) **comunhão fraterna**, segundo o autêntico espírito de família, que implica em comunicação na fé e partilhar fraterno de pensamentos e ações;

f) **pluralismo**, no sentido paulino, que ensina a inserir-se positivamente nos diversos ambientes e nas diversas culturas, levando tudo em consideração e conservando aquilo que é bom (1 Ts. 5, 21);

g) **liberdade interior**, que não se liga tanto a escolas, sistemas educacionais, movimentos ou líderes, deixando-se sim guiar pelo Espírito Santo, que introduz na plenitude da verdade (Constit. 3, 5);

h) **espírito sobrenatural**, que tudo repensa e revive à luz de Deus Pai, de sua Palavra feita carne e das moções interiores de seu Espírito.

Os candidatos

84. Os candidatos estão no centro da formação, em todos seus estágios, e, por isso, são considerados, dentro da tradição específica de nossa Ordem, os primeiros responsáveis humanos e co-protagonistas de sua própria educação. Devem eles ser preparados para se expressar sobre os objetivos e os programas de formação, pois neles está viva a necessidade de participação e experimentação. Isto fará crescer, neles, o senso de responsabilidade, em atitude de constante verificação.⁹

Unificação interior e abertura

85. Todo o processo de formação orienta-se para a preparação de “personalidades interiormente unificadas no amor e no desejo da completa e total perfeição” (Const. 139) e, por isso mesmo, abertas ao serviço do próximo.

Isto comporta:

a) o crescimento nas virtudes humanas, cristãs e religiosas, que levam ao conhecimento, à aceitação e à superação de si mesmo, ao equilíbrio psico-afetivo, à auto-educação e à auto-disciplina;

- b) a progressiva socialização e a inserção nas comunidades religiosa, eclesial e civil;
- c) a aptidão a manter, responsável e fielmente, os compromissos assumidos;
- d) a capacidade de relacionar-se, de modo positivo, com os membros da comunidade e com os formadores;
- e) a criatividade e o espírito de iniciativa, para enraizar o carisma na história e inculturá-lo no próprio ambiente.

No sulco da tradição

86. É preciso suscitar em quem se inicia na vida da Congregação o senso de integração e continuidade, de modo que estes, que assim se iniciam, acolham e transmitam, por sua vez, o patrimônio espiritual e cultural recebido. Para este fim, o aprofundamento da história e da espiritualidade da Congregação e de sua matriz paulina reveste-se de importância fundamental, pois permite descobrir as próprias raízes e daí retirar o alimento vital.

Tempos e modos no caminho de formação

87. A formação para a vida da Congregação deve se inspirar no ideal único proposto pelo padre Fundador. Diversificados, porém, são os tempos e os modos do caminho de formação, conforme se trate de candidatos ao sacerdócio ou de irmãos coadjutores, e segundo a idade, o caráter, a cultura e as metas operacionais.

O educador

88. O educador barnabita volta-se para o homem todo, esquecendo-se totalmente de si mesmo, em atitude amorosa, persuasiva e discreta para com o outro:

- a) **respeita** no candidato aquilo que o próprio Deus respeita: autonomia e individualidade;
- b) **estimula** suas potencialidades, com vista ao pleno amadurecimento de sua personalidade à luz do Espírito Santo;
- c) **cria** entre ele e o discípulo uma relação serena e de confiança, com moderação de atitudes, integridade de sentimentos e afetos, e modos de agir com distinção.¹⁰

2.2. Os protagonistas da formação

Os mestres interiores

89. Guias e mestres de todo caminho de fé e de qualquer processo de formação são a Palavra de Deus e o Espírito Santo.

Aqueles que o Pai chama a “viver mais plenamente a consagração no seguimento de Cristo” (Const. 7), deverão, progressivamente, corresponder à orientação interior do Espírito Santo, para descobrir a presença, em si mesmos, de Jesus Cristo, único mestre.

90. A bem-aventurada Virgem Maria, mãe e mestra espiritual, também tem um papel importante na formação religiosa. Em seus ensinamentos, descobrimos o modelo de toda vida consagrada (CIC 663.4) e em sua intercessão encontramos “uma ajuda segura” (Const. 23).

91. Nossa tradição barnabita indica no “incomparável Paulo, nosso chefe e padroeiro” (S. 7) um **mestre** a ser ouvido, na assídua leitura de seus escritos, um **modelo** a ser conhecido e imitado, um **intercessor** a quem recorrer. Não é menor a importância do padre fundador Antônio Maria Zaccaria e, com ele, a de todos aqueles que foram seus “herdeiros e filhos legítimos” (Ca. 7) na Igreja.

A Igreja

92. A vida consagrada coloca-se no coração mesmo da Igreja, como elemento decisivo para sua missão: pertence à sua vida e à sua santidade.¹¹ A Igreja, mãe e mestra, tem um papel primordial na formação religiosa: ela forma os consagrados, seja enquanto comunidade daqueles que obtiveram a salvação em comunhão com o Pai, seja no cumprimento de sua missão de anúncio da Palavra, administração dos sacramentos, e magistério autêntico.

Os candidatos deverão ser formados em um vivo sentido eclesial, para que, seguindo a linha de nossa tradição, se sintam na Igreja e sintam com a Igreja.

A Congregação

93. Toda a Congregação sente-se responsável pela formação de seus membros, a fim de que estes, por sua vez, sejam capazes de transmitir o fascínio do seguimento de Cristo, com o jubiloso testemunho de sua própria vida. O Santo Fundador nos adverte que “todo crescimento ou ruína espiritual das Congregações depende da boa ou má formação” (C. 12).

94. A Congregação cuida da formação, não só com o interesse, a oração, o sacrifício e a contribuição dos confrades e das comunidades, mas também com normas próprias (Const. 131, 158).

95. É tarefa do Superior geral coordenar e verificar a aplicação das diretrizes concernentes à formação (Const. 218, d).

96. Para maior homogeneidade de orientações e para o confronto de experiências, o Ofício Central para as Vocações e/ou os Superiores provinciais envolvidos deverão promover encontros dos encarregados da formação, pertencentes a províncias diversas, mas atuantes em uma mesma nação ou em nações da mesma área cultural.

97. O ambiente natural onde se desenvolve a formação é a província religiosa: “por força de sua autonomia, a província recebe novos membros e forma-os dentro das normas estabelecidas” (Const. 244, 1, c).

98. Principal responsável é o Superior provincial, que “cuida de uma apropriada promoção e formação das vocações” (Const. 269.9).

99. Compete, porém, ao Superior geral a aceitação “na Congregação – postulado, noviciado, primeira profissão – daqueles aspirantes que nela não ingressam pela via habitual das províncias” (Const. 218, c).

100. Os Superiores maiores cumprem sua função, com vista à formação, através do Pe. Mestre e dos outros encarregados setoriais.

101. Quanto à relação que liga os Superiores maiores aos responsáveis diretos pela formação, deve se inspirar no princípio da **subsidiariedade**, de modo que também os formandos possam amadurecer

uma visão correta dos diversos papéis e competências. Tal princípio implica, ainda, em que os responsáveis pelas diversas etapas de formação mantenham contato entre si, sobretudo nos casos de admissão ou demissão dos candidatos.

102. Que os encarregados da formação sejam particularmente escrupulosos na observância das normas que a regulam, especialmente quando se trate da admissão ao postulado, ao noviciado, à profissão, aos ministérios e ordens sacras, para cuja validade faz-se necessário seguir, minuciosamente, o *iter* indicado pelo direito (CIC 127; Const. 192).

O candidato

103. Tendo presente a centralidade da pessoa, como critério inspirador de cada processo de formação, e a “responsabilidade primária de dizer sim ao chamado”,¹² ninguém mais do que o próprio candidato há de ser considerado o principal protagonista da formação. Deverá, assim, cultivar um profundo senso de responsabilidade para consigo mesmo, para com Deus – respondendo, fielmente, ao chamado – e para com os Superiores, cooperando na ação educativa.

104. A auto-educação não se exaure na adoção de atitudes exteriores, devendo sim se dirigir, com firmeza, para a interiorização dos valores e modelos próprios da vida religiosa.

105. O formador levará em consideração a individualidade de cada candidato em particular, estabelecendo um justo equilíbrio entre as exigências e o tempo da formação do grupo e o ritmo de crescimento de cada um.

Mesmo as situações de crise, em que poderá vir a se encontrar o candidato, deverão ser acolhidas como ocasiões positivas para o conhecimento de si mesmo e para o crescimento interior. O formador e a comunidade, atentos às situações a eles confiadas, devem oferecer encorajamento e apoio.

O Pe. Mestre

106. Na iniciação à vida consagrada, desempenha papel insubstituível a figura do Pe. Mestre, “religioso de vida exemplar e, ao mesmo tempo, homem **repleto de discrição prática e vasta capacidade natural**” (Const. 144), capaz de desempenhar seus deveres, de modo

eficaz e estável (CIC 651.3). É ele a referência dos candidatos, em seus esforços de formação humana, espiritual e religiosa.

107. A ação do Pe. Mestre desenvolve-se em dois planos: o individual e o comunitário.

a) no **plano individual**, o Pe. Mestre ajuda o discípulo a personalizar as metas educacionais, a avaliar a própria resposta, a identificar o chamado do Senhor, através da vida cotidiana. Em nossa tradição, este tipo de encontro é chamado de **escuta**, que, assim, se torna ocasião e instrumento de abertura da alma, de conhecimento e aceitação de si, de discernimento das moções interiores, de superação das ciladas no se voltar para si mesmo e de descoberta da dinâmica da vida comunitária.

b) no **plano comunitário**, cuida do ajuste e realização dos objetivos da formação; está aberto às exigências dos tempos e atento a tudo quanto é fundamental, dos pontos de vista humano, espiritual, bíblico, litúrgico, barnabita, cultural e ambiental. Tais objetivos devem confluir em um projeto anual, a ser elaborado e aferido, em conjunto com a comunidade, os educadores e os formandos.

108. Os candidatos, conscientes de sua própria responsabilidade, deverão se empenhar em uma ativa colaboração com o Pe. Mestre (CIC 652.3), dirigindo-se a ele com confiança e abrindo-lhe o espírito com espontânea liberdade. Ao Pe. Mestre, é, no entanto, vedado induzir-lhes, de qualquer modo, a expor questões que digam respeito à sua própria consciência (CIC 630.5).

A comunidade da casa de formação

109. Todos os membros da comunidade da casa de formação compartilham a obra de formação, com sua presença, seu exemplo de vida e suas orações. Deverão, portanto, estar em sintonia sobre os objetivos da formação, participar das ações comuns, ser testemunha generosas e entusiastas nas próprias atividades.¹³

110. Quando a comunidade for chamada a expressar, em forma capitular, seu julgamento sobre qualquer candidato, deverá ter em conta os seguintes aspectos, retomados, mais detalhadamente, no Apêndice 3:

- saúde física e psíquica;
- formação do caráter e educação;

- vida de piedade e ascese;
- prática dos conselhos evangélicos: castidade, pobreza, obediência;
- participação na vida comunitária;
- relações com os Superiores, confrades e estranhos;
- aproveitamento nos estudos;
- inclinações e interesses pessoais;
- inclinações apostólicas.

111. Dentro da comunidade da casa de formação deverá ser constituída uma **equipe** formadora, com tarefas mais diretamente ligadas à formação (vice-mestre, animador litúrgico, prefeito dos estudos ...), em estreitíssima unidade de espírito e ação entre si e com os formandos.

112. Os educadores deverão assegurar um clima de verdadeira igualdade, solidariedade, comunhão sincera, estima recíproca, júbilo e alegria.

113. A comunidade deverá se reunir, periodicamente, para aferir o trabalho de formação e acompanhar o caminho dos candidatos.

O diretor espiritual

114. Desde o início da formação, os candidatos serão instruídos “a valer-se, em seu caminho de perfeição, de uma conveniente direção espiritual, a ser praticada segundo o espírito e as normas da Igreja” (Const. 139.3).

115. São tarefas do diretor ou conselheiro espiritual acompanhar o candidato nos caminhos do Senhor, nutrir sua vida com sólida doutrina e com a prática da oração, e avaliar, juntamente com ele, o caminho percorrido para discernir a ação de Deus.¹⁴

116. Que seja assegurada, em cada casa de formação, a presença de um guia espiritual, deixando-se ao candidato a liberdade de recorrer a outros sacerdotes, de preferência barnabitas, aos quais os Superiores maiores tenham confiado o encargo (CIC 239.2). A escolha do diretor espiritual deverá ser notificada ao Pe. Mestre.

117. No capítulo de admissão dos candidatos à profissão e às ordens, bem como para sua eventual demissão, não poderá ser pedido o parecer do diretor espiritual (CIC 240.2), que, no entanto, não perderá seu direito de voto.

Os confessores

118. Os Superiores deverão reconhecer a devida liberdade dos candidatos, no que concerne ao sacramento da penitência (CIC 630.1). Ressalvada a disciplina da casa, os candidatos deverão ter sempre ampla possibilidade de recorrer a qualquer confessor, seja dentro, seja fora da comunidade (CIC 240.1).

119. Em cada casa de formação, devem estar à disposição confessores ordinários aprovados (CIC 969.2), sobretudo por ocasião de retiros espirituais e celebrações penitenciais.

120. O Pe. Mestre e o vice-mestre não deverão escutar as confissões sacramentais dos candidatos, a menos que estes, em casos especiais, espontaneamente o requeiram (CIC 630.4; 985) e ressalvada a liberdade, da parte dos Superiores, de acolher tal requerimento.

121. Para a admissão dos candidatos à profissão e às ordens, bem como para sua eventual demissão, não se poderá pedir o parecer do confessor (CIC 240.2). É proibido ao confessor fazer uso dos conhecimentos adquiridos através da confissão, em prejuízo do penitente, excluído ainda qualquer risco de revelação (CIC 984.1). O confessor, no entanto, conserva o direito de voto, nos capítulos de admissão e demissão.

Os consulentes e peritos psicólogos

122. Para um mais completo e aprofundado conhecimento de si mesmo e para uma mais exata e serena avaliação do próprio candidato, plenamente respeitadas sua personalidade e sua intimidade, será conveniente que os formadores possam recorrer à ajuda das ciências humanas, mais especificamente da psicologia, da pedagogia e da sociologia, sem, no entanto, violar, de qualquer modo, o direito de cada pessoa de resguardar a própria intimidade (CIC 220). Somente pessoas competentes e de comprovada confiança deverão ser escolhidas como consulentes.

Escolha e preparação dos formadores

123. É dever da Congregação cuidar da preparação de confrades para a tarefa de formadores, a fim de que sejam interlocutores válidos dos jovens, nos planos doutrinário, psicológico, pedagógico e pastoral.

124. Convém que, desde os anos de estudos teológicos, alguns candidatos sigam cursos de especialização sobre a formação para a vida religiosa. Uma vez assumido o encargo, os formadores deverão prosseguir e aperfeiçoar sua preparação, mediante estudos pessoais e freqüência a cursos e congressos, organizados especialmente para tal fim.

2.3. Conteúdos da formação religiosa e apostólica

125. A formação para a vida religiosa e apostólica envolve a vida em comum, a consagração a Deus, o apostolado.

2.3.1. Vida em comum (Const. 7-61)¹⁵

A vida em comum

126. A comunidade é o ambiente ideal para o desenvolvimento da personalidade humana e cristã. Em conseqüência, desenvolver o senso comunitário, como expressão autêntica do dom de si, constitui fator básico para a coesão, a união e a harmonia, também na vida consagrada: “A vida fraterna desempenha papel fundamental no caminho espiritual das pessoas consagradas, seja para sua constante renovação, seja para o pleno cumprimento de sua missão no mundo”.¹⁶ A vida fraterna em comum, “espaço humano habitado pela Santíssima Trindade”,¹⁷ torna-se epifania do amor de Deus pelos homens.

127. A gradual inserção na família religiosa implica em um caminho de formação para a vida comunitária. O candidato deve ser instruído a estabelecer uma correta relação entre individualidade e comunidade, dentro de uma visão de fé, que percebe a fonte do estar juntos no chamado e na presença de Cristo, que age com o dom contínuo do Espírito Santo.

128. O candidato deve estar preparado para reconhecer e encarar as dinâmicas positivas e negativas, próprias de toda vida em grupo.

129. Deverá ser, portanto, o candidato incentivado a assumir responsabilidades favorecedoras da vida em comum, a saber partilhar de verdade nos planos do sentimento e da ação, a pensar em si mesmo em função do bem e da felicidade do outro (Const. 33, 38) e a superar peculiaridades, antagonismos de grupos (p.ex., nacionalismos), descompromissos e marginalidade.

130. Instrumento indispensável para atingir estes intentos é a prática das **conferências**, conforme nossa tradição, da correção fraterna e da periódica revisão de vida (Const. 29.1; 37).

131. A integração à família religiosa dá uma nova dimensão aos relacionamentos dos candidatos com os ambientes de origem familiar, eclesial e social, implicando em um progressivo desprendimento do mundo, como testemunho da vida consagrada (CIC 607.3).

A oração

132. A consagração de si mesmo a Deus, enquanto comunidade de fé, esperança e caridade, expressa-se e alimenta-se na escuta da Palavra, que se faz oração (Const. 8). A oração transforma a vida em culto e, por isso, acompanha os momentos mais significativos do dia do religioso, constituindo-se em sua primeira ocupação. Sua finalidade é conduzir ao conhecimento e à “familiaridade com Deus” (C. 12) e àquela novidade de vida segundo o Espírito, a que a Palavra nos estimula.

133. Um autêntico caminho de formação do homem espiritual, para uma familiaridade cada vez mais plena com Deus, postula e exige momentos precisos e iniciativas de estudo e celebração, requerendo uma correta aproximação à Palavra de Deus, que encontra sua fonte e seu momento culminante na celebração eucarística e em sua expansão pela liturgia das horas, que marca o compasso do tempo cotidiano e anual do homem: por isso, é importante formar o candidato para uma oração, que, continuamente, abra para o mistério de Deus e para o conhecimento de si mesmo.

134. Neste sentido, torna-se importante recordar os meios, que a tradição da Igreja nos oferece, para o percurso deste caminho:

- a prática da *lectio divina*;
 - a celebração eucarística, em sua dupla forma de sacrifício e adoração;
 - a fidelidade ao sacramento da reconciliação;
 - a prática dos exercícios espirituais;
 - os retiros mensais, sobretudo nos tempos fortes;
- bem como aqueles de nossa vida barnabita:
- a prática pessoal da *lectura Pauli*;
 - a oração mental, comunitária e cotidiana;
 - a confabulação com o Cristo Crucificado;
 - o cultivo da memória de nossos Santos.

135. Que os candidatos sejam formados para “acolher e introduzir, em todos os espaços de sua vida interior, a Mãe de Jesus”, como modelo de consagração a Deus e de serviço à causa do Reino. Entre as “formas pessoais e comunitárias” de devoção (Const. 23), deve-se instruir para a reza do terço (CIC 663.4).

136. Aqueles que são chamados para a vida religiosa devem, enfim, ser instruídos a observar as condições propiciadoras da prática da oração e a assegurar que esta tenha continuidade na vida.

A penitência e a ascese¹⁸

137. O disciplinamento dos desejos e a aceitação positiva da renúncia, tanto quanto o constante aperfeiçoamento do caráter, implicam no treinamento para o sacrifício e para o esforço ascético. Sem ascese, as necessidades de afirmação, segurança e afetividade, inerentes ao espírito humano, não poderão ser acolhidas por nossos candidatos e transfiguradas no tríplice compromisso dos votos de obediência, pobreza e castidade.

138. Em conformidade com a natureza mesma do homem, a ascese interior expressa-se na exterior e a prática penitencial individual na

comunitária. No espírito da Congregação, deve-se privilegiar a disciplina da vontade, como expressão da renegação evangélica de si próprio.

139. A ascese e a penitência são postas em prática através dos meios assumidos como próprios pela tradição barnabita (Const. 30): simplicidade e sobriedade de vida (Const. 31.1); prática do silêncio, sobretudo em determinados momentos e locais, sem excluir o das refeições (Const. 39; 40.1); abstinência e privações, inclusive em preparação para festividades solenes em família (Const. 31.2), como as de Nossa Senhora da Divina Providência, as de São Paulo e as de nossos Santos.

O estudo e a formação

140. Nossa família religiosa, fiel à sua antiga tradição, valoriza a cultura e considera o estudo condizente com a vida regular (Const. 44) e apostólica, enquanto “aquilo que torna o homem mais homem”.¹⁹

141. “O empenho nos estudos, da parte dos confrades, deverá se orientar, antes de tudo, para uma gradual assimilação das disciplinas sacras; estas promovem o conhecimento e o amor de Deus e da Igreja, ao mesmo tempo em que preparam os religiosos para responder, sempre melhor, às exigências de sua missão” (Const. 45).

142. Os estudos deverão ser programados de forma a responder às exigências do projeto apostólico da Congregação, em harmonia com os dotes pessoais e as necessidades da Igreja.²⁰

143. Os estudos deverão levar em conta, na medida do possível, a cultura do lugar e do tempo em que são desenvolvidos. Que as exigências de inculturação não se façam em prejuízo da universalidade: os candidatos deverão ser instruídos a se abrir para toda forma de cultura, prontos a integrar-se, com espírito missionário paulino, em qualquer uma destas.

144. Uma formação apropriada dará atenção ao uso dos meios de comunicação social, procurando criar, nos candidatos, um espírito crítico diante das mensagens transmitidas, fornecer os conhecimentos para que, por sua vez, formem os fiéis, de modo que estes façam um uso correto de tais mensagens e para que, eles candidatos, delas se sirvam, eficazmente, no apostolado.

145. Os estudos filosófico-teológicos dos candidatos ao sacerdócio deverão se estender por, pelo menos, seis anos completos (CIC 250). A duração do currículo de estudos não será abreviada, sem um motivo válido.

146. Os candidatos serão formados, em seus estudos, em um método rigoroso e crítico, que implica em:

- seriedade na **pesquisa**, autenticidade na **documentação**, humildade na **descoberta**, empenho em buscar as **fontes**; não absolutização dos resultados atingidos;
- ultrapassagem de um **conhecimento** puramente conceitual e setorial;
- fuga das **abstrações**, aspirantes à **sabedoria**, que não é ciência, mas inteligência do coração.

147. Tudo isto implica, da parte de cada um, em uma disciplina de vida, que permita um bom uso do tempo e a capacidade de estabelecer um programa pessoal de estudos, dentro do horário comunitário.

148. “Cada comunidade deverá se esforçar para oferecer, aos confrades, o ambiente propício, o tempo suficiente e os instrumentos necessários ao estudo e à preparação específica para o trabalho apostólico” (Const. 44).

149. Há de se cuidar, especialmente, para que haja, em cada casa de formação, uma biblioteca bem fornida e atualizada, onde os candidatos possam encontrar os textos necessários para seus estudos.

150. Em cada casa de formação, compete ao prefeito dos estudos ajustar os planos de estudo de cada candidato, estabelecer relações com as instituições por este frequentadas e controlar, minuciosamente, seu andamento escolar.

Trabalho e tempo livre

151. No período de formação, o candidato descobre suas inclinações pessoais e, ao mesmo tempo, aprende a fazer uma síntese entre oração, estudo, trabalho e compromisso apostólico. Deverá se recordar que o trabalho é uma lei comum a que os religiosos sabem que

estão sujeitos, sendo conveniente que, no período de formação, se enfatize o sentido deste trabalho.²¹

De fato, o trabalho deve ser considerado um serviço à comunidade, um meio de se exercitar uma certa responsabilidade e colaborar com os outros. O trabalho permite exercitar uma disciplina pessoal e equilibrar os aspectos mais íntimos que o horário cotidiano comporta, sendo, ainda, um elemento de solidariedade com todos os trabalhadores do mundo.

152. No horário comunitário, serão previstos tempos de descanso em comum (Const. 53). Momento importante para o crescimento na fraternidade e na comunhão é a recreação, onde se partilham os desconfortos e alegrias cotidianos.

153. Constitui importante fator para o crescimento e formação pessoal o uso correto do tempo livre, enquanto momento em que o homem das coisas, em um clima de alegre espontaneidade.

154. O lugar, a duração, o modo de vida e as atividades das férias deverão estar sempre de acordo com o espírito e as exigências da vida religiosa, sobretudo no que concerne aos exercícios de piedade e à prática da pobreza. Que as férias não se tornem ocasião de dissipação; que, além de garantirem o justo repouso, sejam empregadas em atividades espirituais, culturais e pastorais.

155. Uma parte razoável das férias em comum deverá ser reservada para uma revisão da vida no ano transcorrido e para programação do novo, concluindo-se com a celebração dos exercícios espirituais, enquanto tempo privilegiado do Espírito Santo.

2.3.2. Consagração (Const. 62-88)

156. “Os conselhos evangélicos são uma espécie de eixo de sustentação da vida religiosa, expressando, de maneira completa e significativa, o radicalismo evangélico que a caracteriza ... Os conselhos evangélicos tocam a pessoa humana, ao nível dos três componentes essenciais de sua existência e de suas relações: a afetividade, o ter e o poder ... Cada voto dá uma resposta específica às grandes tentações de nosso tempo. Por meio deles, a Igreja continua a indicar ao mundo os caminhos de sua transfiguração no reino de Deus”.²²

A castidade²³

157. A formação para a castidade implica em uma clara consciência da sexualidade no projeto de Deus, assim como em um progressivo conhecimento de si mesmo e das inclinações mais profundas do coração, de modo que a opção pelo celibato possa se enraizar em uma personalidade madura e livre.

158. O educador deve enfatizar o conteúdo positivo e dinâmico da castidade, assim como o júbilo e a gratidão pelo dom recebido e vivido no espírito das bem-aventuranças.

159. Os candidatos deverão ser instruídos a viver, serenamente, sua castidade, não como simples renúncia ou egoísta volta sobre si mesmo, mas como doação a Deus e serviço aos irmãos, na fecundidade do amor que gera vida para a Igreja, como anseio profundo e antecipação do Reino.²⁴

160. Deverá ser sublinhada a relação que liga a castidade à vida espiritual e, sobretudo, à intimidade com Cristo, que encontra sua mais alta expressão sacramental na Eucaristia.

161. Analogamente, deverá ser ressaltada a inseparável relação entre ascese e castidade, pois esta última exige, como resposta ao amor de Deus que chama:

- autodisciplina e autocontrole, vividos positiva e alegremente;
- vigilância do coração;
- relação positiva com o próprio corpo e a própria sensibilidade;
- superação do individualismo e capacidade oblativa;
- desenvolvimento da vida comunitária e da amizade, através de relações francas e cordiais;
- dedicação generosa ao próprio dever.

162. Que os candidatos estejam de espírito aberto ao próprio guia espiritual, recorram com freqüência aos sacramentos e se entreguem à proteção da Virgem imaculada.

163. A castidade implica, além da continência física, na pureza dos sentimentos. Portanto, amem a todos com afeto sincero; evitem toda forma de egoísmo asfixiante; mantenham um comportamento simples e sereno nas relações com as mulheres e apreciem o valor da feminilidade.

164. Os formadores deverão agir com supremo discernimento, pois os distúrbios da personalidade, do ponto de vista do equilíbrio psico-sexual, e uma história pessoal, marcada por experiências fortemente negativas, podem comprometer a autenticidade da escolha vocacional.²⁵

165. Oferece sérios indícios de vocação para o celibato, aquele que “deseja ardente e alegremente a verdadeira integridade da alma e do corpo” (C. 3). Com vista à profissão dos votos, o candidato deve dar a si próprio e aos formadores a garantia de sua aptidão para viver os compromissos da castidade consagrada no celibato (CIC 599).

A pobreza²⁶

166. A formação para a pobreza induz a adotar um estilo de vida pessoal e comunitário mais coerente com o compromisso de seguir, mais de perto, o Cristo pobre e humilde.

167. Viver a pobreza evangélica significa optar por um estilo de vida, que pode ser indicado nos seguintes termos:

- superar a idolatria das coisas, restituindo-as à função de meios que devem conduzir-nos a Deus;
- testemunhar a pobreza radical de Cristo, como condição para enriquecer os homens de dons divinos;
- expressar a loucura da cruz e a lógica evangélica que rejeita aquilo que conta aos olhos dos homens (poder, riqueza, sucesso, eficiência).

168. Através de um caminho gradual, que leve em conta o ambiente anterior e as condições de vida dos candidatos, postulantes, noviços e estudantes são formados para uma relação responsável e sóbria com as realidades materiais.

169. O voto de pobreza, de fato, requer o desprendimento interior e exterior, bem como a partilha, de modo que ninguém se considere proprietário dos bens de uso pessoal ou comum.

170. A formação para o espírito de pobreza implica na limitação e na dependência no uso e no dispor bens materiais. Os candidatos deverão ser instruídos a encontrar na dependência a expressão da liberdade interior, da docilidade e da humildade, nela divisando uma garantia contra a fácil reemersão do espírito de posse.

171. Devem, além disso, ser formados para:

- a) usar as coisas próprias e comuns sem esbanjamento, com discrição e atenção, “como coisas consagradas ao Senhor” (C. 4), de forma a, assim, tudo incluir no culto que rendemos a Deus;
- b) não abusar das relações com a própria família e os amigos, seja no receber, como no dar; avaliar, com discernimento, as necessidades pessoais, da alimentação ao vestir, aos instrumentos de comunicação social e aos meios de transporte e de trabalho, cuja posse pessoal deverá ser evitada;
- c) partilhar o que se tem com a comunidade, de modo a poder partilhar o que se é e o que se faz;
- a) viver em ambientes simples, contentando-se com o necessário, sem correr atrás daquelas comodidades, “hobbies”, divertimentos ou férias, não condizentes com pessoas pobres;
- b) contribuir com o próprio trabalho, dentro e fora de casa, para o sustento da comunidade, com espírito de servir;
- c) viver pobremente, de forma a ser solidários com os pobres, lembrando-se de que “nada pode se antepor ao amor pessoal a Cristo e aos pobres, em quem ele vive”.²⁷

A obediência²⁸

172. A formação para a obediência prepara para seguir o Cristo, obediente até à morte, com espírito de fé e de amor.

173. Segundo a tradição barnabita, a obediência é considerada *caput huius instituti* (Constit. 2,1), “fundamento da vida religiosa” (Const. 82), único voto diretamente professado pelos primeiros confrades. De fato, a obediência traduz o sentido da vida consagrada, entendida como “sacrifício espiritual” (Rm. 12, 1; 1 Pd. 2,5), e assegura a liberdade interior e a disponibilidade de si, que constituem um aspecto peculiar ao religioso barnabita.

174. Formar para a obediência responsável e ativa significa ajudar os candidatos a desenvolverem o sentido de participação na busca comum da vontade de Deus, superando o egocentrismo, profundamente enraizado no espírito humano.

175. Postulantes, noviços e professos, juntamente com seus respectivos Superiores, devem saber recolher, na adesão à vontade de Deus, o espírito de fé e uma extraordinária ocasião de superação de si mesmos e de libertação das escravidões interiores. Ao mesmo tempo, devem saber valorizar, através da obediência, seu senso de responsabilidade, espírito de iniciativa e criatividade. Para este fim, são de grande importância a abertura de consciência, o diálogo sincero e o espírito de docilidade e condescendência para com os Superiores e confrades.

176. A formação para a obediência, progressivamente, capacita a:

- a) atingir uma liberdade de espírito sempre maior, para, assim, percorrer o caminho da plena disponibilidade e do desprendimento interior;
- b) discernir a vontade de Deus, inclusive através das mediações humanas;
- c) compreender o sentido e a finalidade das regras e práticas, como pedir licenças e dar as devidas informações, de forma a crescer no espírito de família;
- d) aderir ao projeto de vida das Constituições e contribuir para sua realização na comunidade;
- e) sujeitar-se, generosamente, às diretrizes dos Superiores;
- f) colaborar com os Superiores e confrades;
- g) cumprir, com dedicação, ministérios e encargos;
- h) submeter os projetos pessoais à verificação e à validação por parte dos Superiores e da comunidade.

177. Expressão fundamental da obediência é a disponibilidade. Com a profissão religiosa, o candidato torna-se disponível para aquilo que lhe é pedido e para acolher as designações que, no futuro, receberá dos Superiores.

2.3.3. Apostolado (Const. 89-197)

A índole apostólica da Congregação

178. Nossa Congregação dedica-se ao apostolado: a ação apostólica pertence à sua própria natureza. Por isto, toda nossa vida há de ser permeada pelo espírito apostólico, toda ação apostólica devendo, por outro lado, ser animada pelo espírito religioso (CIC 675.1).

179. Desde sua origem, nossa Congregação exercita o apostolado, em estreita comunhão eclesial, para difundir “o Espírito que dá vida a tudo”, estendendo sua ação “até onde Cristo a delimitou” (Const. 92).

180. O apostolado consiste, em primeiro lugar, no testemunho da vida consagrada, que estamos obrigados a alimentar com a oração, a ascese e a vida fraterna (CIC 673).

181. Complementando o que já foi dito no capítulo concernente ao nosso carisma, vale ressaltar que o apostolado pede uma longa e séria preparação, seja no plano espiritual, seja no plano doutrinário, assim como uma gradual iniciação pastoral.

182. Os candidatos deverão ser formados para alcançar uma íntima complementação entre a vida religiosa professada e os compromissos apostólicos, devendo, ainda, ser instruídos a integrar a vida em comum e as exigências do ministério, para desenvolver, em comum, as atividades pastorais, a fim de evitar qualquer forma de individualismo apostólico.

Dever-se-á ainda, formar para o apostolado – entendido como entrega de si aos outros para sua promoção integral –, alertando contra os riscos de se tornarem fugas ou compensações.

183. Os candidatos deverão ser instruídos a recolher o sentido eclesial da pastoral; todo ministério há de ser exercido em nome da Igreja e sob suas ordens e conduzido em comunhão com ela (CIC 675.3), em suas diversas formas – clerical, religiosa e leiga –, respeitando-se os diversos carismas, sem perder o próprio.

184. Onde for possível, convém oferecer aos candidatos oportunidades concretas de encontro e colaboração, nos planos humano,

espiritual e apostólico, com as Angélicas e os Leigos de São Paulo, de modo a reviver a originária intuição dos três colégios.

(Footnotes)

- ¹ VC, 64.
- ² Ib.
- ³ VFC, 55.
- ⁴ Cf. PI, 86-89.
- ⁵ VC, 64.
- ⁶ Cf. PI, 43-44.
- ⁷ Conc. Ec. Vat. II,
Perfectae caritatis (PC), 1.
- ⁸ PI, 9.
- ⁹ Cf. PI, 29.
- ¹⁰ Cf. PI, 29.
- ¹¹ Cf. Conc. Ec. Vat. II,
Lumen gentium, 44; PC, 8.
- ¹² PI, 29.
- ¹³ Cf. PI, 32.
- ¹⁴ PI, 63.
- ¹⁵ CG 94, 10-13.
- ¹⁶ VC, 45.
- ¹⁷ VC, 41.
- ¹⁸ Cf. PI, 36, 38.
- ¹⁹ Conc. Ec. Vat. II,
Gaudium et spes, 35, 62.
- ²⁰ Cf. PI, 65.
- ²¹ Cf. PI, 79.
- ²² PI, 12. Cf. Const. 62.
- ²³ Cf. PI, 13.
- ²⁴ VC, 26.
- ²⁵ Cf. PI, 39-41.
- ²⁶ Cf. PI, 14.
- ²⁷ VC, 84; cf. Const. 76, 77, 91.
- ²⁸ Cf. PI, 15.

3. O CURRÍCULO FORMATIVO

3.1. Introdução

185. Tendo presentes e ratificando o significado e a importância das etapas preparatórias – acolhida e acompanhamento dos aspirantes –, diferentes, segundo as diversas situações locais, o itinerário formativo oficial para a vida religiosa barnabita articula-se em três momentos:

- **postulado**,
- **noviciado**, que se conclui com a primeira profissão dos votos,
- **segundo noviciado**, que se conclui com a profissão solene e continua na formação permanente.

186. Estas etapas são comuns a todos os candidatos. Diversa é, no entanto, a esquematização a ser dada aos vários momentos, conforme se trate de candidatos ao sacerdócio ou de irmãos coadjutores.

187. A formação dos candidatos ao sacerdócio, sobretudo no **segundo noviciado**, prosseguirá mesmo depois da profissão solene, até a ordenação presbiteral.

188. Os irmãos coadjutores receberão uma formação específica, que, além da preparação cultural e religiosa de base, deverá prever uma formação pastoral e profissional, voltada para os encargos a serem desenvolvidos na Congregação.

As casas de formação

189. A cada etapa do itinerário de formação deve corresponder uma casa de formação específica. Cada província deverá ter uma casa de postulado, uma de noviciado e o estudantado, pois diferentes são as exigências da formação nas várias etapas. Na impossibilidade de organizar centros diferenciados, será preciso criar, na mesma casa, na medida do possível, ambientes distintos para os vários grupos de candidatos, com programações e responsáveis diferentes.

190. Se, por acaso, se julgar conveniente, que se constituam casas interprovinciais de formação, para acolher candidatos de diferentes províncias.

191. “Para alimentar em nossos jovens o espírito de família, os Superiores maiores, na medida do possível, deverão estabelecer períodos formativos, que transcorram em sedes comuns” (Const. 132.1).

192. No que concerne às casas interprovinciais de formação, os Superiores provinciais deverão manter contatos freqüentes com os responsáveis e os candidatos.

O regulamento das casas de formação

193. Cada casa de formação deverá ter um regulamento próprio, que aplique as normas do plano de formação às situações específicas e determine, de modo preciso, especialmente as questões disciplinares concernentes à vida cotidiana dos candidatos e à boa ordem da casa (cf. Apêndice 1).

O discernimento nas admissões

194. Em todos os níveis da formação – da admissão ao postulado à admissão à profissão solene – há de se proceder com cuidadoso discernimento. Mesmo no caso de extrema escassez de candidatos, não se deve atenuar, de forma alguma, a seriedade da seleção, se não se quiser a ruína da Congregação. Que sempre se atente mais para a qualidade do que para a quantidade: “Será melhor para vocês ter e receber poucos, mas com boa disposição, do que muitos, mas não aptos” (C. 11).

3.2. Postulado

Natureza e finalidade

195. “O postulado é o período do primeiro contato oficial do aspirante com a Congregação” (Const. 133) e constitui um tempo necessário de preparação, imediatamente anterior ao noviciado (CIC 597.2), situando-se ao final do itinerário de animação vocacional e primeira acolhida dos aspirantes.

196. O postulado tem por finalidade:

a. Tornar possível o conhecimento recíproco entre o aspirante e a Congregação e a verificação inicial das atitudes e disposições espirituais, psíquicas e físicas do aspirante.

b. Preparar o aspirante para o Noviciado, a fim de que tenha plena consciência e maturidade suficiente exigidas por esta etapa da formação.

Para tal fim, a Congregação pede ao postulante os seguintes requisitos:

- uma adequada consciência da vida cristã,
- um bom equilíbrio psicológico,
- um desejo explícito, mesmo que ainda incipiente, de ser Barnabita,
- uma capacidade de viver em comunidade com todas as suas consequências.

A família religiosa, por sua vez:

- aceita o postulante na comunidade, segundo ritmos adequados a ele,
- oferece-lhe um currículo formativo a ser desenvolvido em várias etapas,
- e o confia a um confrade da comunidade formadora, para o devido acompanhamento espiritual

197. Através do diálogo e da orientação espiritual e em um clima de confiança recíproca, tenham-se presentes os seguintes objetivos: formação humana, cristã, à Vida Religiosa e apostólica do postulante

a. A formação humana

O candidato só poderá responder adequadamente ao convite para entrar no Noviciado, se estiver bem consciente das suas qualidades e limites.

Por isso, durante o Postulantado lhe será oferecida ajuda mediante:

- encontros que lhe apresentem os elementos essenciais para um crescimento equilibrado de sua pessoa,
- a verificação de seus dados pessoais, familiares e sociais,
- estudo psicológico da personalidade do postulante, para identificar seus valores, motivações e atitudes.

É oportuno fazer, ainda durante o Aspirantado, um diagnóstico psicológico do candidato (Ratio 122; Vida fraterna em comunidade 38).

b. A formação cristã

Como o seguimento de Jesus Cristo na Vida consagrada supõe o conhecimento e a experiência do mesmo Jesus Cristo, a partir da vocação batismal comum a todos, o formador ajudará o postulante a viver e crescer no relacionamento com Cristo, oferecendo-lhe uma visão global da fé através do estudo do Catecismo da Igreja Católica e orientando-o para o conhecimento e a prática dos “instrumentos da vida espiritual: os Sacramentos, a oração pessoal, a meditação a “lectio divina”, a

orientação espiritual, retiros, leitura espiritual e as devoções mais comuns Rosário, Via Sacra, visita ao Ssmo. Sacramento).

c. A formação religiosa

O postulante que se apresenta para a Vida Consagrada (VC), deverá conhecer os conteúdos desse estado de vida, a diferença entre VC e vida cristã, o significado dos votos e da vida fraterna e dos seus compromissos e consequências. Para tanto, será muito útil a leitura do documento Vida Consagrada. O postulante deverá ter um conhecimento suficiente da vida de Santo Antônio Maria Zaccaria e dos aspectos essenciais da história da nossa Congregação.

d. A formação apostólica

O carisma, que é experiência do Espírito, deve ser vivido na prática, mais que na teoria. Por isso, o postulante deverá estar em condições de assimilá-lo de maneira vital, empenhando-se em alguns setores da Pastoral, tais como Catequese, grupo de jovens, animação litúrgica, serviço aos pobres, doentes, ... Além disso, a experiência em alguma de nossas comunidades, permitirá ao candidato conhecer a riqueza da atividade apostólica e assimilar em profundidade o estilo barnabítico.

Admissão

198. Para ser admitido ao postulado, o aspirante deverá redigir um pedido por escrito ao Superior provincial (Const. 134), acompanhado de um conjunto de dados pessoais, cuja enumeração poderá ser encontrada no Apêndice 2.

Pasta pessoal

199. Quando da admissão ao postulado, deverá ser preparada a pasta pessoal do candidato, em duas cópias: uma, que o acompanhará nas diversas etapas do caminho de formação, e outra, a ser conservada no arquivo provincial.

Duração, sede e responsável

200. Em regra, o postulado dura um ano e desenvolve-se em uma casa da província, adequada a este fim, sob a orientação específica de um confrade² (Const. 135; 136).

201. Para aqueles que chegam à nossa vida religiosa sem nenhuma experiência prévia junto a uma nossa comunidade, o postulado deverá se estender por, pelo menos, dois anos. (PI 43)

202. O tempo do postulado poderá coincidir com uma parte dos estudos filosóficos, conforme a situação e as Ordenações de cada província.

Retirada e demissões

203. O postulante, visto que não faz parte do Instituto e não contrai nenhuma obrigação para com a comunidade, poderá se retirar livremente, a qualquer momento” (Const. 135.4), bastando que comunique sua decisão ao responsável, o qual informará, de tal decisão, a comunidade e o Superior provincial.

“A comunidade, por sua vez, ouvido o Superior provincial, poderá demiti-lo se, por acaso, não o julgar idôneo” (Const. 135.4); a decisão cabe à comunidade, que, consultado o Superior provincial, proferirá, em capítulo, seu julgamento.

3.3. Noviciado

Natureza e finalidade

204. O noviciado é o tempo de iniciação ao conhecimento e à prática da vida religiosa e apostólica, como indicada nas Constituições e vivida na Congregação (cf. Const. 138), para um seguimento mais radical de Jesus Cristo.

O noviciado estimula e provoca o noviço a assumir, gradualmente, a disposição de coração do apóstolo Paulo, que chega a identificar sua vida a Cristo: “Para mim, viver é Cristo” (Fil. 1, 21).

205. Durante o noviciado, os candidatos “tomam sempre mais consciência de sua resposta livre e responsável ao chamado de Deus, ao mesmo tempo em que a Congregação pode avaliar, adequadamente, sua aptidão para nossa vida” (Const. 138).

206. No ano do noviciado, dever-se-á cuidar, principalmente, da formação espiritual dos candidatos, formação esta que se articula no progressivo aprofundamento da relação pessoal com Deus, na gradual iniciação à prática dos conselhos evangélicos e à vida em comum, na consolidação das virtudes humanas e cristãs, na educação para um estilo

de vida estável, na assimilação de um amor sincero para com a Igreja e a Congregação (Const. 139).

Admissão

207. O postulante, que tiver dado provas de estar empenhado no aprofundamento de sua opção e do projeto de vida que a Congregação lhe oferece, poderá ser admitido ao noviciado (Const. 135.2).

208. Ao concluir o postulado, o candidato “requerará, por escrito, ao Superior provincial, sua admissão ao noviciado. Este, com a aprovação de sua Consulta e tendo presente o julgamento, proferido em forma capitular pela comunidade, decidirá sobre a admissão” (Const. 137). O julgamento deverá ser adequadamente documentado.

209. Para validade da admissão ao noviciado, hão de se ter presentes os requisitos previstos no direito canônico (CIC 643.1) e nas Constituições (135.2; 136).

210. Para que seja lícita a admissão de um candidato, pertencente a outra Igreja, *sui iuris*, far-se-á necessária licença da Santa Sé.⁴

211. Não serão admitidos ao noviciado candidatos ao sacerdócio, que não tenham concluído o ensino médio.

212. Para os candidatos irmãos, o Superior provincial avaliará, com sua Consulta, o preparo cultural e os títulos escolares obtidos.

213. Antes de iniciar o noviciado, o postulante seguirá um curso de exercícios espirituais, com duração de, pelo menos, cinco dias completos.

214. O noviciado começa, oficialmente, com o “rito de iniciação à vida religiosa”, contido na *Ordo professionis religiosae* própria, compreendendo a cerimônia da cruz, inspirada no gesto de Santo Alexandre Sauli e tradicional na Congregação, ou com outro rito adaptado (Const. 147.1), observadas as instruções das Constituições. Tal rito deverá ser, por natureza, sóbrio e essencial.⁵

Duração

215. “O noviciado terá a duração de doze meses, a transcorrerem, para sua validade, na comunidade do noviciado” (Const. 147).

216. Nas ausências da casa de noviciado, prevalecerão as normas do código de direito canônico (CIC 649).

217. Durante o noviciado, não serão previstas férias em família. É possível, no entanto, que todo o grupo de noviços, com o Pe. Mestre ou o vice-Mestre, se transfira para outra casa da Congregação, para um período de descanso.

Sede

218. “Cada província deverá ter seu próprio noviciado, seja como comunidade independente, seja como parte de uma comunidade constituída; a escolha da sede deverá garantir aos noviços um ambiente favorável à sua formação” (Const. 141).

219. Além da possibilidade de afluírem a um noviciado interprovincial, “os noviços de uma província religiosa poderão ainda ser formados no noviciado de outra província, dependendo da decisão das Consultas provinciais interessadas” (Const. 142.1). Não se aconselha, no entanto, o desenvolvimento do noviciado em um lugar estranho à cultura e à língua de origem dos noviços.⁶

220. Em todos os casos, “a fundação da casa de noviciado, feita por decreto escrito, compete ao Superior geral, com a aprovação de sua Consulta” (Const. 142).

221. Em casos especiais, e como exceção, o Superior geral, com aprovação de sua Consulta, poderá conceder a um candidato a realização do noviciado em outra casa da Congregação, sob a orientação de um confrade idôneo, que faça as vezes do Pe. Mestre (CIC 647.2).

222. O Superior provincial – ou, no caso do noviciado interprovincial, o Superior geral – poderá permitir que o grupo de noviços habite em outra casa da Congregação, por determinados períodos de tempo (CIC 647.3), sempre sob a orientação do Pe. Mestre, ou de quem lhe faça as vezes.

O Padre Mestre e a comunidade do noviciado

223. “A comunidade do noviciado compõe-se de todos os religiosos inscritos na casa de noviciado. A formação será confiada à responsabilidade do Pe. Mestre, professo de votos solenes, auxiliado por alguns confrades, escolhidos pelo Superior provincial dentre os membros da comunidade; os outros religiosos dela participarão com o exemplo, o conselho e a oração” (Const. 143). A comunidade do noviciado reunir-se-á, periodicamente, ao menos a cada três meses, para acompanhar o andamento de cada um dos candidatos.

224. No que concerne aos requisitos e à designação do Pe. Mestre, deverão ser observadas as normas do Direito canônico (CIC 651), das Constituições (144-146) e do presente plano de formação.

225. O Pe. Mestre será, em regra, o Superior da casa de noviciado independente. Onde, ao contrário, o noviciado for parte de uma comunidade constituída, com outro Superior, caberá ao Superior provincial providenciar para que o Pe. Mestre tenha a possibilidade concreta de realizar as finalidades do noviciado. No desenvolvimento de suas funções, o Pe. Mestre estará imediatamente subordinado ao Superior provincial. No caso do noviciado interprovincial, o Pe. Mestre manter-se-á em contato com os respectivos Superiores provinciais.

Processo de formação

226. Os elementos de sustentação do processo de formação do noviço são:

- a) a **formação para o espírito** e para a **vida de oração**, que prepara o noviço para a experiência pessoal de Deus e para a intimidade e o colóquio com Ele, valorizando e vivendo, cotidianamente, a centralidade da Eucaristia e da Liturgia das horas, como santificação dos vários momentos da jornada. Dentro desta perspectiva, deverão ser programados e vividos a oração mental, a *Lectio divina*, a visita ao Santíssimo Sacramento, a recitação do Santo Rosário, a leitura espiritual, o exame de consciência;

b) o **estudo**, com aulas do Pe. Mestre ou de seus colaboradores, e aplicação pessoal. É dever do Pe. Mestre organizar e programar sua execução;

c) o **trabalho**, desenvolvido com alegria, constitui meio de amadurecimento e realização pessoal (Const. 50), expressão concreta de caridade para com os confrades (Const. 51);

d) a **comunhão** e a **fraternidade**, a serem vividas através de momentos de conferência espiritual (*Collatio*), de aferição e de recreação, como descanso em comum, prevista a possibilidade de atividades motoras e esportivas.

227. A distribuição dos vários momentos, ao longo da jornada, e a distinção entre ações comuns e práticas pessoais serão estabelecidas no regulamento do noviciado.

228. Os noviços não poderão se dedicar a ocupações que não estejam diretamente voltadas para a formação propriamente dita (CIC 652.5).

Programa de estudo

229. Segundo as Constituições (139, 1), serão objeto de estudo, durante o noviciado:

a) a **Sagrada Escritura**, especialmente as cartas de São Paulo: não se tratará, aqui, de um estudo crítico, remetido para os anos da teologia, mas sim de uma leitura que nutra a vida espiritual;

b) a **teologia espiritual e da vida religiosa**: a vida espiritual e a vida religiosa deverão ser iluminadas e fundamentadas de acordo com princípios bíblico-teológicos, em constante alusão à tradição ascético-mística, às obras clássicas da espiritualidade cristã e ao magistério da Igreja na matéria;

c) as **Constituições e os principais documentos de nossa tradição**: as Constituições deverão ser conhecidas, de modo aprofundado, em seu conteúdo e em sua gênese, pois descrevem nosso projeto de vida e é segundo elas que se proferirá a profissão. Seu estudo deverá estar integrado com o Direito Canônico e com as Constituições de 1579, a serem consideradas

regula de valor histórico-ascético, expressão do espírito barnabita originário, que extrai seu valor das memórias vivas da vida e dos escritos dos Fundadores;

d) a **história** e a **espiritualidade da Congregação**: deverá ser dado um conhecimento sumário, mas completo, de nossa história, indicando-se as fontes a que recorrer, para um estudo mais aprofundado. Após uma introdução geral à espiritualidade barnabita, deverá ser promovida a leitura dos escritos de Santo Antônio M. Zaccaria, a serem estudados e meditados por inteiro, dos **ditos notáveis** e das obras principais de nossa tradição espiritual; tais leituras deverão estar integradas com o conhecimento da vida de nossos Santos e servos de Deus e das tradições domésticas mais significativas.

230. O estudo deverá se desenvolver, lado a lado, com uma real iniciação litúrgica, que, com base nos princípios e normas contidos nos livros litúrgicos, permita aos noviços, desde o início, participar, de maneira frutífera, dos mistérios divinos (Const. 139.2). Deverá se cuidar, ainda, de sua preparação prática, com vista ao serviço litúrgico, devendo ser, igualmente, cultivado o canto sacro.

231. “Em nossa família religiosa, dedicada à atividade apostólica, o período de noviciado requer uma adequada formação para os princípios e problemas do apostolado, com o fim de preparar os noviços para a realização de sua própria consagração a Deus, no generoso serviço aos irmãos” (Const. 140). É dever do Pe. Mestre avaliar o tempo e o modo das experiências apostólicas, que, de qualquer forma, não deverão ser sistemáticas, nem excessivamente prolongadas, devendo ser levadas a cabo sob orientação direta sua ou do vice-Mestre (CIC 648.2). Poderão resultar bastante úteis, para o conhecimento da atividade pastoral da Congregação, os encontros com comunidades e confrades empenhados nos vários campos do apostolado.

Conselhos evangélicos

232. Os noviços deverão ser instruídos a colher o verdadeiro significado da consagração religiosa, através da profissão dos conselhos evangélicos, para que se empenhem, totalmente, em seguir o Cristo casto, pobre e obediente, de modo que, como ele e nele, tornem-se plenamente livres e disponíveis para a vontade salvadora do Pai (Const. 62).

Retirada e demissões

233. O noviço poderá se retirar livremente, a qualquer momento e “poderá ser demitido pelo Superior provincial, ouvido o parecer da comunidade, emitido em forma capitular, bem como o parecer de sua Consulta, tendo presente o julgamento do Pe. Mestre e após ter escutado o próprio noviço” (Const. 148).

Admissão à primeira profissão

234. “A admissão dos noviços à primeira profissão é de competência do Superior provincial, com a aprovação de sua Consulta, após parecer da comunidade do noviciado, emitido em forma capitular” (Const. 150), ressalvado o disposto para aqueles não provenientes das províncias (Const. 218.c).

235. O candidato deverá ser ouvido pela comunidade e pelo Superior provincial, antes de proferido o julgamento sobre sua admissão à profissão.

236. O capítulo comunitário para a admissão deverá ter lugar três meses antes do fim do noviciado, devendo a avaliação ser enviada tempestivamente, por escrito, ao Superior provincial.

237. “Ao parecer do capítulo local, o Pe. Mestre anexará seu próprio relatório sobre cada um dos noviços” (Const. 150.1).

238. Restando qualquer dúvida sobre a aptidão do candidato, o Superior provincial poderá prolongar o período de prova, por não mais de seis meses (CIC 653.2).

239. “Os noviços serão admitidos à primeira profissão, após requerimento escrito e somente depois de ter completado dezoito anos” (Const. 151).

240. “Antes de proferir a profissão, o noviço cederá a administração, o uso e o usufruto de seus bens temporais a pessoa de sua livre escolha” (Const. 152).

241. Em preparo para a profissão, os candidatos deverão seguir um curso de exercícios espirituais, com duração de pelo menos cinco dias completos.

Primeira profissão

242. O noviciado termina com a primeira profissão dos votos. Com esta, “os noviços começam, oficialmente, a fazer parte da Congregação” (Const. 151).

243. O Superior provincial poderá admitir a antecipação da profissão, em não mais de quinze dias.

244. A profissão deverá ser proferida, segundo o rito contido na *Ordo professionis religiosae* da Igreja ou da Congregação,⁷ durante o qual será entregue o hábito religioso. O rito desenvolve-se, em regra, durante a celebração da Eucaristia, mas sem nenhuma solenidade especial.

245. “A profissão deverá ser recebida pelo Superior geral, pelo Superior provincial, ou por outro confrade por sua delegação, e na presença de pelo menos duas testemunhas” (Const. 153). Eventual delegação deverá ser dada por escrito e anexada ao documento original da profissão.

246. Para validade da profissão temporária, não de se ter presentes os requisitos previstos pelo direito canônico (CIC 656).

247. “O documento autêntico, subscrito por quem professa e por quem recebe a profissão, deverá ser conservado no arquivo provincial. A fórmula da profissão deverá ser transcrita pelo neopropesso no registro apropriado, conservando-se no arquivo da casa de noviciado” (Const. 154.1).

248. Desde o dia da primeira profissão, o religioso adicionará, ao nome de batismo, o de Maria (Const. 154.3).

3.4. Formação dos professos ou segundo noviciado

Natureza e finalidade

249. “O período subsequente ao noviciado tem a finalidade de desenvolver, consolidar e completar a formação dos religiosos, sob os

pontos de vista espiritual, intelectual e pastoral, visando a obtenção de sua plena maturidade humana e cristã. Esta é a fase de primeira experiência de fidelidade aos compromissos assumidos e de aferição da própria entrega a Deus e à Igreja na Congregação” (Const. 157).

Trata-se, de fato, de recolher os frutos das etapas precedentes e de prosseguir no próprio crescimento humano e espiritual, com a prática corajosa daquilo em que o professo vinha se empenhando. A manutenção e o desenvolvimento do ímpeto espiritual, dado no noviciado, se fazem mais necessários, na medida em que se passa a um estilo de vida mais aberto e direcionado para a atividade apostólica.

“A pedagogia desta etapa visa permitir que o jovem religioso caminhe verdadeiramente, com toda a sua experiência, em uma unidade de perspectivas e de vida – a da própria vocação naquele momento de sua existência, na perspectiva da profissão solene”.⁸

O Santo Fundador pede o empenho dos formadores, para que ensinem aos professos “não só o modo de conservar, mas também o de aumentar seu fervor de noviços, fazendo-os saber que não progredir é recuar e, ao mesmo tempo, chame a sua atenção para o seguinte: uma coisa é fervor e devoção exterior e outra é o Fervor e a verdadeira Devoção” (C. 12; cf. Ca. 5).

O itinerário de formação, neste importante momento de suas vidas, prepara os professos para uma responsabilidade sempre mais ativa, em um processo contínuo de identificação e integração à nossa família religiosa, a culminar na profissão solene.

Ambiente de formação

250. O ambiente de formação, que acolhe os professos, constitui-se de uma comunidade empenhada em apontar, em Cristo, o modelo de santidade e a viver e testemunhar o carisma da Congregação. Nesta comunidade, os jovens professos descobrem e aprendem o ideal e a dinâmica da vida religiosa. O testemunho da comunidade formadora, na vivência do ideal barnabita, faz dela força de atração e modelo de vida, conforme a exortação de Paulo: *Imitatores mei estote sicut et ego Christi* (1 Cor. 11, 1).

Formação

251. O Pe. Mestre, juntamente com a comunidade formadora, através de intervenções personalizadas e comunitárias, ajudará o professo

a construir sua própria regra de vida, dentro da tradição viva de nossa família religiosa.

A regra de vida é instrumento de ampliação e verificação contínua da autonomia responsável do homem maduro em Cristo, capaz de harmonizar consagração e missão, carisma pessoal e obediência, devendo ter em conta as grandes fidelidades, a que cada religioso é chamado:

- fidelidade a Cristo e ao Evangelho,
- fidelidade à Igreja e à sua missão,
- fidelidade à vida religiosa e ao carisma do Fundador,
- fidelidade ao homem de nosso tempo.

252. A fidelidade, para a qual o professo é chamado, requer a experimentação de uma relação contínua e cotidiana com Cristo, que se manifestará, amanhã, na vida apostólica direta e, hoje, no tempo privilegiado do estudo, estudo este que constitui um particular momento de graça para a edificação do reino de Deus e a compreensão do homem contemporâneo (Const. 46). Que se ajude, portanto, o professo a compreender que a oração dá vida ao estudo e a atividade pastoral estimula o aprofundamento doutrinário. Os religiosos, de fato, “devem ter em conta que não são diversas as ciências que devem aprender, mas uma só: a ciência da fé e do Evangelho”⁹ (cf. Col. 2, 3).

Programa de estudo

253. Ao concluírem-se os cursos institucionais (1º ciclo de teologia), recomenda-se o prosseguimento dos estudos no campo teológico ou em outras faculdades (especialização e doutorado); a escolha da direção e da sede será acordada entre o religioso e seus Superiores.¹⁰

254. Também faz parte do plano de estudos a formação pastoral dos estudantes, devendo lhes ser ensinados os princípios e métodos que os preparem para o exercício do ministério: catequese, homilética, celebração dos sacramentos, acompanhamento espiritual, compromissos e responsabilidades de índole operacional.

255. A comunidade do estudentado programará a participação em cursos, que complementem a formação dos professos, como línguas clássicas e modernas, filosofia, arte, música, informática, aprofundamento da história e da espiritualidade da Congregação, bem

como cursos que forneçam conhecimentos práticos com vista aos trabalhos comunitários (arquivística, biblioteconomia, administração, noções dos ofícios de chanceler e prefeito de sacristia) e em função da atividade pastoral (psicologia, pedagogia, sociologia, comunicação social, etc.).

256. Além dos cursos profissionais, visando suas atividades específicas, os irmãos coadjutores deverão receber uma formação teológica suficiente e necessária, tendo em vista sua eventual inserção na atividade pastoral.

Iniciação ao apostolado

257. O amadurecimento do professo requer um esforço apostólico e uma progressiva participação em experiências eclesiais e sociais, na linha de nosso carisma, tendo em conta as inclinações e aspirações pessoais, bem como as exigências da província¹¹ (Const. 158.1). Tais experiências deverão ser acordadas entre o interessado, o Superior provincial e o Pe. Mestre, a quem caberá acompanhar seu desenvolvimento e aferir seus resultados.

258. As experiências pastorais pressupõem e propiciam uma certa maturidade humana e religiosa do professo, excluindo qualquer desejo de fuga ou afirmação pessoal; deverão ser preparadas e avaliadas, com base nas exigências globais da formação; desenvolver-se-ão, de preferência, nas obras da Congregação; deverão se harmonizar com a pastoral da Igreja local; não deverão impedir o ritmo normal da vida comum, especialmente a oração e o estudo; deverão ser diversificadas, para dar ao candidato a possibilidade de se aproximar e experimentar diversas formas de serviço eclesial.

Inserção na vida da Congregação

259. A inserção na vida da Congregação deverá ser gradual, com relação aos diversos estágios da formação, devendo cada província concretizar modalidades de progressiva e adequada inserção dos professos em sua vida. Para tal fim, os Superiores e formadores deverão instruir os professos no diálogo e na participação, respeitadas as diversas idades, mentalidades e experiências.

260. Para isto, poderá contribuir o tempo das férias anuais, desde que seja distribuído em períodos reservados a atividades de formação, períodos dedicados à própria família e períodos de vivência comunitária na fraternidade e na distensão. Este tempo poderá se tornar a ocasião de manter contato com a realidade da província de origem.

Renovação dos votos

261. “O compromisso da primeira profissão tem a duração de um ano e é renovável. A admissão à renovação dos votos temporários é da competência do Superior local, após parecer favorável de seu capítulo; no caso do parecer ser negativo, a decisão será deixada à Consulta provincial” (Const. 156).

262. O capítulo *De vita et moribus* tem a finalidade de apoiar e estimular o candidato, em qualquer estágio da formação, mostrando-lhe os elementos positivos e negativos em seu caminho de formação. Para uma avaliação mais objetiva, sugere-se o uso de um formulário (cf. Apêndice), que deverá ser preenchido, anonimamente, por cada membro da comunidade de formação, seu resultado servindo de base para a discussão e a decisão do capítulo. Antes da votação final, o candidato será informado pelo Pe. Mestre sobre o julgamento da comunidade, dando-se-lhe oportunidade de expressar seus sentimentos diante da comunidade, em um clima de caridade e sinceridade.

263. A admissão à renovação dos votos não poderá ser automática, o candidato, o Pe. Mestre e a comunidade devendo se empenhar em uma avaliação séria do caminho percorrido.

264. “Os votos temporários deverão ser renovados diante dos Superiores ou de seus Vigários, ou ainda de outro confrade ou sacerdote por sua delegação, e na presença de pelo menos duas testemunhas” (Const. 156.1). Eventual delegação deverá ser dada por escrito e anexada ao documento original da profissão.

265. A renovação dos votos, em regra, desenvolve-se segundo um dos ritos previstos na *Ordo professionis religiosae* da Congregação e da Igreja. Excepcionalmente, poderá ser proferida em particular, desde que conforme a uma das fórmulas aprovadas e nas condições prescritas.

266. Para validade da renovação dos votos, hão de se ter presentes os requisitos previstos pelo direito canônico (CIC 656.3-5).

267. “O documento original de renovação dos votos, subscrito pelo professo e por quem recebe a profissão, deverá ser conservado no arquivo local e, por cópia, no arquivo provincial” (Const. 156.2).

Retirada e demissões

268. Aquele que, decorrido o tempo da profissão, quiser sair da Congregação, poderá abandoná-la livremente (CIC 688.1).

269. Quem, durante a profissão temporária, pedir para deixar a Congregação, por uma razão séria, poderá obter o indulto relativo do Superior geral, com aprovação de sua Consulta (CIC 688.2).

270. “A demissão de religiosos professos de votos temporários, antes do decurso de seu prazo, é da competência do Superior geral, com aprovação de sua Consulta” (Const. 156).

271. Deverá se cuidar, em cada caso, para que o desligamento da Congregação e a reinserção na vida leiga ocorram em um clima de franqueza, de respeito, de autêntica fraternidade e caridade sincera, bem como de atenção ao contexto familiar e eclesial do candidato.

Admissão à profissão solene

272. “Antes da profissão solene, deverá transcorrer um período de três anos de votos temporários. O Superior geral, se o julgar oportuno, poderá prorrogar o período da formação temporária” (Const. 165), “fazendo-o, todavia, de forma que o período, no qual o religioso estiver vinculado aos votos temporários, não exceda a duração de nove anos no total” (CIC 657.2).

a. O Superior geral poderá antecipar, por justa causa, a profissão solene, em não mais do que um trimestre (CIC 657.3). Para uma antecipação maior, será exigida autorização da Santa Sé.

Preparação para a profissão solene

273. Antes da profissão solenem deve haver um período especial de preparação.

a. A Consulta Geral, com a licença parcial do número 166 das Constituições, organiza todos os anos, se necessário, as atividades deste período para todos os Professos da Congregação, que tenham cumprido, pelo menos, três anos de profissão simples.

b. A Consulta Provincial estabelece o momento mais oportuno do itinerário formativo para os professores da Província participarem deste período de preparação.

274. O período da preparação dura, pelo menos, três meses e tem como sede única o Estudantado Romano. O período de preparação ocorrerá sob a responsabilidade de um Padre Mestre e de alguns colaboradores escolhidos pela Consulta Geral.

a. Cada Província providencie, para que seus candidatos participem com proveito dos “três meses”. Para isso, deem atenção especial ao estudo da língua italiana.

b. Cada Província, de acordo com a Consulta Geral, complete a preparação para a profissão solene com outras atividades de formação, como, por exemplo, presença em ambientes que não sejam os da Província de origem, com a finalidade de aprender outros idiomas e para experiências pastorais e missionárias.

275. A comunidade de onde provém o candidato deve transmitir ao padre mestre responsável pelo período de preparação, os dados pessoais essenciais e um perfil do candidato, tendo por base o capítulo da mesma comunidade formadora.

276. O programa da preparação dos candidatos à profissão solene abrange, normalmente o seguinte: o estudo das Cartas de São Paulo e a Lectio Pauli, o estudo sistemático das Constituições e dos principais documentos da Igreja sobre a Vida Religiosa, o conhecimento mais aprofundado da vida e da espiritualidade da Congregação, além da prática de algumas funções próprias da comunidade, tais como prefeito de sacristia, mestre de cerimônias, chanceler e outras.

277. Durante o período de preparação à profissão solene, é oportuno que os candidatos vivam novamente o clima do Noviciado. Por isso, seja criado um ambiente favorável à reflexão e à oração, para

que os candidatos avaliem o tempo de vida religiosa vivido até então e possam confirmar sua decisão definitiva diante de Deus.

a. Antes de professar solenemente, os candidatos farão um retiro que dure, pelo menos, cinco dias inteiros.

Admissão à Profissão Solene

278. A admissão à Profissão Solene é de competência do Superior Geral com o consentimento da sua Consulta, tendo em mãos, previamente, o pedido escrito do candidato, a avaliação da comunidade onde ele mora e da Consulta Provincial. Aos documentos de aprovação da comunidade local e da Consulta Provincial deve ser acrescentado um parecer pormenorizado e com as motivações referentes a cada opinião sobre o candidato.

279. O Capítulo, da comunidade local para a aprovação do candidato à Profissão solene deve ser feito tres meses antes da possível data da Profissão Solene. A avaliação do Padre Mestre e da comunidade deve ser enviada, em tempo hábil, à Consulta Provincial. O Superior Provincial, por sua vez, encaminha à Consulta Geral o parecer de sua Consulta e o da comunidade de residência do candidato.

Renúncia aos bens

280. “Por ocasião da profissão solene, o religioso deverá praticar ato de renúncia válida canonicamente – e, na medida do possível, também civilmente válido -, à propriedade de todos os seus bens temporais, deles dispondo com plena liberdade” (Const. 168). Para que o ato de renúncia seja civilmente válido, deverão ser seguidos os princípios jurídicos da legislação civil do país de origem do candidato.

Profissão solene

281. A profissão solene será proferida, conforme o rito contido na *Ordo professionis religiosae* própria. O rito desenvolve-se durante a celebração da Eucaristia, com a devida solenidade e com o concurso dos religiosos e do povo.¹²

282. “A profissão deverá ser recebida pelo Superior geral, pelo Superior provincial ou por outro confrade por sua delegação, e na presença de pelo menos duas testemunhas” (Const. 153). Eventual

delegação deverá ser dada por escrito e anexada ao documento original da profissão.

283. Para validade da profissão solene, não de se ter presentes os requisitos previstos pelo Direito canônico.

284. O documento original da profissão solene, subscrito por quem professa e por quem recebe a profissão, deverá ser conservado no arquivo provincial. A fórmula da profissão deverá ser transcrita pelo neoprofesso no registro apropriado, conservando-se no arquivo da comunidade onde tenha sido proferida a profissão.

285. O Superior provincial deverá noticiar a ocorrência da profissão ao pároco do lugar do batismo, para que este a anote em seus registros (CIC 535.2).

Ministérios instituídos

286. Antes de ser promovido às ordens sacras, exigir-se-á do candidato que haja recebido os ministérios instituídos de leitor e acólito, tendo-os exercido por tempo conveniente (CIC 1035.1).

287. O exercício dos ministérios instituídos não se esgotará no âmbito da celebração litúrgica, estendendo-se sim pela própria vida dos ministros.

288. “A admissão aos ministérios instituídos é da competência do Superior provincial, após requerimento escrito do candidato e ouvido o parecer do capítulo local e da Consulta provincial” (Const. 169).

289. Em caso de especial necessidade, os irmãos coadjutores também poderão ser admitidos aos ministérios instituídos de leitor e acólito.

290. Antes de receber os ministérios instituídos, os candidatos deverão desenvolver, pelo menos, um dia inteiro de retiro espiritual.

Ordens sacras

291. A admissão às ordens sacras só será possível após a profissão solene (CIC 1019.1). Os candidatos serão devidamente instruídos sobre o que concerne à ordem e suas obrigações (CIC 1028).

292. Para admissão à ordem do diaconato, será exigida a idade de 23 anos; para admissão ao presbiterado, 25 (CIC 1031.1). O Superior geral poderá dispensar, em não mais de um ano, a idade exigida para atribuição das ordens; dispensas superiores são de competência exclusiva da Santa Sé (CIC 1031.1).

293. A ordenação diaconal deverá ter lugar, pelo menos, seis meses depois da atribuição do acolitado (CIC 1035.2); a presbiteral, pelo menos, seis meses depois da ordenação diaconal (CIC 1031.1).

294. Para admissão dos irmãos coadjutores à ordem do diaconato, deverão ser seguidos os cursos teológicos previstos em cada região da conferência episcopal local. A preparação não deverá ser inferior a três anos (CIC 236.2).

295. “A admissão às ordens sacras é de competência exclusiva do Superior geral, após requerimento escrito do candidato, ouvido o parecer do capítulo local e das Consultas provincial e geral” (CIC 236 § 2º).

296. Os candidatos deverão avaliar com seu Pe. Mestre, e este com o Superior provincial, o melhor momento para apresentação do requerimento escrito ao Superior geral. Neste, o candidato deverá declarar que pretende receber a ordem sacra espontânea e livremente e que se dedicará, para sempre, ao ministério eclesialístico (CIC 1036).

297. O capítulo de admissão deverá ter lugar, pelo menos, três meses antes da data prevista para a ordenação, a avaliação escrita devendo ser enviada, tempestivamente, para a autoridade competente (CIC 1051.1).

298. Para admissão às ordens sacras, não de se ter presentes os requisitos previstos pelo Direito canônico (CIC 1024-1052).

299. Antes da ordenação, os candidatos ao diaconato proferirão a profissão de fé e o juramento de fidelidade, conforme as fórmulas

aprovadas pela Sé apostólica, na presença do Bispo da Igreja local, ou de um seu delegado (CIC 833.6).

300. O Superior provincial deverá noticiar a ocorrência da ordenação ao pároco do lugar do batismo, para que este a anote em seus registros (CIC 535.2; 1054).

301. Os neo-ordenados deverão requerer ao Bispo ordenador o certificado original da ordenação (CIC 1053.2). O Superior geral, a seu turno, deverá expedir as cartas de recomendação, que atestam a aptidão do neo-sacerdote para celebrar a Eucaristia (CIC 903).

302. Ao término do currículo, a pasta pessoal atualizada, que acompanha o candidato, deverá ser transferida para o arquivo geral, com os documentos originais ou em cópias autenticadas.

3.5. Formação permanente (Const. 171)

Introdução

303. “A vida das instituições religiosas e, sobretudo, seu futuro depende, em grande parte, da formação permanente de seus membros”.¹³

“A formação permanente, ... constitui uma exigência intrínseca à consagração religiosa. ...O processo de formação não se reduz à sua fase inicial, visto que a pessoa consagrada, pelas suas limitações humanas, não poderá mais pensar ter completado a gestação daquele homem novo que experimenta dentro de si, em cada circunstância da vida, os mesmos sentimentos de Cristo. A formação *inicial* deve, portanto, consolidar-se com a formação *permanente*, criando no sujeito a disponibilidade para se deixar formar em cada dia da sua vida.”¹⁴

Motivações

304. “A formação contínua motiva-se, antes de tudo, pelo chamado de Deus, que chama cada um dos seus, a cada momento e em novas circunstâncias”.¹⁵

305. Dentre as várias motivações, que estimulam a formação permanente do religioso, podemos recordar:

a) **o dado antropológico**: a pessoa se realiza em um processo de crescimento e amadurecimento; a **construção de si mesmo** jamais se poderá dizer completa e, assim, a pessoa humana haverá de se empenhar em um esforço contínuo na direção da plena expressão de sua própria identidade;

b) **o dado cristão-religioso**: através do batismo, o homem se insere, dinamicamente, no mistério de Cristo, percorrendo seu caminho, sem jamais concluí-lo, da infância à plena maturidade, sob a ação constante do Espírito. O religioso, cujo chamado está enraizado no chamado originário do batismo, pretende seguir Cristo mais de perto, imitando Paulo, que deixa para trás todas as coisas, vive debruçado na direção do Senhor e participa plenamente do mistério pascal (Fil. 3, 10-11);

c) **o dado histórico-sociológico**: não é menos importante. Em uma sociedade, caracterizada por rápidas mutações, estamos obrigados a contínuas mudanças de mentalidade (formação permanente), para não permanecermos fossilizados e fora do mundo real em que vivemos.

306. Em síntese, “seguir Cristo significa pôr-se sempre a caminho, precaver-se contra a esclerose e a anilose, para ser capaz de prestar um testemunho vivo e verdadeiro do reino de Deus neste mundo”.¹⁶

307. “Você precisa ser perseverante no seu empreendimento, porque muitos começam com grandeza de ânimo, mas depois desistem, vencidos pelas demoras. Quem se aborrece pelo cansaço trazido pelas contrariedades ou pelo arrastar-se do seu trabalho, saiba que já entregou a vitória ao seu inimigo, antes mesmo de começar.

Que adianta começar bem e não acabar bem? Isso não passaria de um cansaço inútil. Hoje, você vê que tudo está prosperando bem: não se alegre. Amanhã, verá tudo voltar-se contra você: não fique triste, mas siga a sua viagem com constância, que você chegará ao fim. Os corações volúveis desagradam muito a Deus, porque foram gerados e nasceram da infidelidade” (C. 18).

Objetivos

308. Os objetivos são claramente apresentados na *Potissimum institutioni*:

“A formação contínua constitui um processo global de renovação, estendendo-se a todos os aspectos da pessoa do religioso e, ao mesmo

tempo, da própria instituição. Ela deve se desenvolver levando em conta que seus diversos aspectos são inseparáveis e se influenciam mutuamente, na vida de cada religioso e de cada comunidade”.¹⁷

309. A formação, portanto, diz respeito tanto ao indivíduo, quanto à comunidade:

- **a nível pessoal**, o objetivo global é o desenvolvimento integral da pessoa e não apenas o desenvolvimento intelectual (= atualização). Exemplificando: a formação permanente tem como finalidade o amadurecimento da sensibilidade humana, a busca da unidade de vida interior e da caridade pastoral, assim como a reanimação da própria identidade religiosa ou religiosa-sacerdotal, na medida em que o desgaste da vida cotidiana e as mutações culturais podem acabar por retirar o espírito combativo e a criatividade. Mais especificamente, a formação permanente do religioso diz respeito:

- a) “a vida segundo o Espírito”, ou à espiritualidade, que deve ter a primazia, pois inclui um aprofundamento da própria fé e da profissão religiosa;
- b) ao aspecto pastoral, relativamente aos conteúdos e métodos do próprio ministério;
- c) à fidelidade ao carisma, para vivê-lo pessoal e comunitariamente.

- **a nível estrutural** (comunidades local, provincial e de Congregação). Analogamente ao que dito acima, cada comunidade deve percorrer um caminho de crescimento, executando-o com instrumentos, como o projeto comunitário:

- a) quando, ao início do ano, a comunidade elabora o programa anual e quando faz sua aferição, mediante uma avaliação séria, o processo de formação permanente toma posse, então, da própria vida comunitária, que deverá ser constantemente examinada e adaptada;
- b) não se há de esquecer que o **lugar privilegiado** da formação permanente é a comunidade religiosa, ou seja, o lugar onde se vive, se trabalha, se relaciona com o outro. “A comunidade religiosa é a sede e o ambiente natural do processo de crescimento de todos, onde cada um se torna co-responsável pelo crescimento do outro”.¹⁸

Tempo da formação permanente

310. “Há uma juventude do espírito que permanece independentemente do tempo: está relacionada com o fato de o indivíduo procurar e encontrar, em cada fase da vida, uma tarefa diversa a cumprir, um modo específico de ser, de servir e de amar”.¹⁹

“Meu desejo foi sempre o de vê-lo progredir sem parar. E, se por acaso, ficar claro que você não está seguindo as minhas orientações, mesmo que se comportasse assim por ignorância, por falta de atenção e não por maldade, isso teria sido, para mim, como uma facada no coração” (Ca. 10).

311. Consideram-se etapas significativas:

- a) **os primeiros anos após a profissão solene ou a ordenação:** na passagem da formação inicial para a primeira experiência de vida mais autônoma, o religioso deve descobrir um novo modo de ser fiel a Deus, na responsabilidade pessoal;
- b) **após alguns anos de ministério** (dez anos), quando começa a se apresentar o risco da monotonia e da vida “rotineira”: neste período, torna-se necessário um tempo maior para uma séria revisão de vida;
- c) **na plena maturidade** (entre os 40 e os 50 anos), quando a sensibilidade e a visão da existência tendem a sofrer mudanças profundas;
- d) **em situações de forte crise pessoal**, ou quando se é chamado a desenvolver uma outra função, que implica em uma reanimação espiritual e em uma requalificação “profissional”;
- e) **na “terceira idade”**, quando as atividades começam a diminuir e se manifesta o perigo da solidão, do sentimento de inutilidade, e quando se percebe próximo o encontro com o Senhor.

Meios

312. Múltiplos são os meios da formação permanente:

- a) **a nível pessoal:** o conhecimento de si mesmo sempre mais aprofundado, valendo-se do acompanhamento espiritual e também do aconselhamento psico-terapêutico; o esforço de se relacionar com os outros, de dialogar com profundo respeito, valorizando os confrades; o aprofundamento da oração pessoal

e litúrgica; as fortes experiências espirituais (mês inaciano, exercícios espirituais anuais); a atualização teológica, pastoral e profissional;

b) **a nível comunitário**: o respeito aos compromissos comunitários; a responsabilidade nas tarefas; a construção de um clima sereno e fraterno;

c) **a nível de província**: jornadas de estudo e formação; reuniões intercomunitárias ou interprovinciais;

d) **a nível de Congregação**: semanas de estudo e de espiritualidade, concernentes a nosso carisma paulino; publicações periódicas de formação barnabita; cadernos de espiritualidade; estudos Barnabitas, etc.

CONCLUSÃO

“Não pensem que o amor que lhes tenho e que as boas qualidades que vocês têm me levem a desejar que sejam apenas santos comuns. De jeito nenhum! Quero e desejo – e vocês podem, se quiserem – que se tornem grandes santos, preocupando-se com o aperfeiçoamento de suas qualidades e com o gesto de oferecê-las de volta ao Cristo Crucificado, pois vocês as receberam Dele. (11106)

Eu, pela ternura e pela afeição que tenho por vocês, peço-lhes que se esforcem para dar-me esta satisfação. O motivo é que eu conheço a grandeza da perfeição e a abundância das graças e eu conheço os frutos que o Crucificado quer produzir em vocês e sei muito bem a que grau de perfeição Ele quer levar vocês”. (11107)

Santo Antônio M. Zaccaria, Carta 11

(Notas)

¹ VC, 65.

² Cf. PI, 43.

³ Ib.

⁴ Cf. *Codex Canonum Ecclesiarum Orientalium*, 517, 2.

⁵ *Ordo professionis religiosae*, *Praenotanda*, 4.

⁶ PI, 47.

⁷ Cf. Barnabitas, 28 (19..).

⁸ PI, 59.

⁹ PI, 61.

¹⁰ CG 94, 45.

¹¹ PI 62.

¹² *Ordo professionis religiosae, Praenotanda, 6; Ritus Professionis Solemnis, 153.*

¹³ PI, 67.

¹⁴ VC, 69.

¹⁵ PI, 67.

¹⁶ PI, 67.

¹⁷ *Ib.*, 68.

¹⁸ VFC, 43.

¹⁹ VC, 70.

APÊNDICES

1. REGULAMENTO DAS CASAS DE FORMAÇÃO

O regulamento deve se organizar segundo os seguintes pontos que abrangem todas as etapas formativas. Cada casa privilegiará os aspectos que dizem respeito ao momento respectivo do currículo.

- Horário semanal e dominical; horário dos períodos de férias.
- Ações consideradas comuns, a não participação das quais deve ser previamente pedida e motivada.
- Práticas de piedade e sua frequência diária, semanal e mensal; animação de tempos especiais de oração.
- Capítulos ou reuniões comunitárias segundo a nossa tradição e os costumes locais.
- Encontros formativos (Pe. Mestre), disciplinares (Vice-Mestre), de liturgia e de canto.
- Plano de estudos e tempo a ser dedicado ao estudo.
- Programa de aprofundamentos culturais (conferências, cursos, seminários...)
- Encargos do grupo dos formandos: decano, sacristão, cerimoniário, bibliotecário, enfermeiro, encarregado dos hóspedes...
- Questões anagráficas e de assistência sanitária.
- Acesso à cozinha.
- Disciplina de alimentos, bebidas e fumo...
- Saídas de casa de dia e de noite. Licenças...
- Visitas e hospitalidade junto aos e para familiares ou terceiros.
- Férias: estadias em família, passeios comunitários...
- Posse e uso do dinheiro: depender de quem e a quem prestar contas das despesas ordinárias e extraordinárias.
- Aquisição de objetos de uso pessoal (roupas,) e livros escolares e outros.
- Critérios para aceitação de presentes.
- Carteira de habilitação e uso dos meios de transporte da comunidade.
-

2. PEDIDO DE ADMISSÃO

Apresentada em _____

Aceita em _____

Dados pessoais

Nome completo
Nome do Pai
Nome da Mãe
Endereço de família
Lugar e data de nascimento
Religião
Batismo e Crisma
Estado livre ou precedentes vínculos conjugais
Currículo escolar documentação
Profissão
Situação patrimonial
Seguro saúde e previdência social
Serviço militar
Situação civil e penal
Posicionamento dos familiares em relação à vocação
Diversos

Historia da Vocação

Origem
Motivações
Dificuldades encontradas na escolha da vocação
Dificuldades previstas no novo estado de vida
Expectativas
Escolha do estado canônico (sacerdote ou irmão)
Perspectivas ou preferências apostólicas
Eventuais experiências em outras Congregações ou Ordens Religiosas
ou Seminários

Caminho espiritual

Vida sacramental e espiritual conduzida até agora
Vínculos a grupos ou movimentos eclesiais
Vínculos a outras famílias religiosas
Relações com a Paróquia
Acompanhamento espiritual Diretor, duração, frutos

Biografia

Família composição, relações no seu interior, atmosfera religiosa
Relações sociais contatos como ambiente, amizades, gerenciamento do tempo livre, hobby, férias e viagens
Escola contatos com os professores e colegas,
Interesses gostos e inclinações culturais
Saúde eventuais doenças e teste psicopedagógico
Diversos

O abaixo assinado faz estas declarações com toda sinceridade e pede para ser aceito na Congregação como Postulante.

Assinatura

Local e data

N.B. O pedido seja enviado ao Superior Provincial, ficando uma cópia com o Superior da casa de acolhida. O postulante conserve uma cópia entre os documentos pessoais.

3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Dotes humanos e religiosos

Conhecimento e aceitação de si.
Sinceridade de ânimo.
Maturidade afetiva.
Urbanidade e retidão de modos e linguagem.
Fidelidade à palavra dada e aos compromissos assumidos.
Assídua preocupação pela justiça.
Capacidade de amizade.
Sentido da justa liberdade e responsabilidade.
Espírito de iniciativa.
Aptidão de colaborar com os outros.
Tomada de consciência das dificuldades.
Reto e sã equilíbrio de juízo.
Capacidade de abnegação e de sacrifício.

Amor a Deus e ao próximo.
Critério sobrenatural.

Vida de piedade

Presença e participação ativa na Eucaristia.
Comunhão e visita ao Santíssimo.
Confissão sacramental e acompanhamento espiritual.
Participação na oração comunitária: liturgia das horas, meditação, ...
Lectio divina, leitura espiritual.
Práticas pessoais de piedade: Terço, Via Sacra,...
Recolhimento.

Disciplina religiosa

Disponibilidade, docilidade, obediência e respeito para com os superiores; aceitação das correções, elasticidade nas mudanças e nos imprevistos
Sentido das observâncias: pontualidade, ordem, silêncio
Pobreza no vestuário, na decoração, no uso das coisas; dependência; testemunho nas relações com o ambiente e com as pessoas
Castidade: comportamento, linguagem, relações
Capacidade de viver a vida comum
Participação ativa na vida comum; correção fraterna
Ascese e penitência
Adequada avaliação da vida religiosa e das suas exigências

Estudo e desempenho escolástico

Aplicação; capacidade de concentração; tempo dedicado ao estudo
Capacidade de análise e síntese; propensão para a pesquisa; método de estudo.
Capacidade de reelaboração pessoal e de exposição coerente do que aprendeu
Dotes intelectuais suficientes em vista dos estudos eclesiásticos e ao ministério sacerdotal
Integração entre vida de piedade e vida de estudo.

Comportamento social

Capacidade de socialização e de entendimento

Compreensão, aceitação, solidariedade.
Respeito, gentileza nos modos, estilo de vida, recato
Humildade, percepção dos próprios limites, reconhecimento dos próprios erros
Bom exemplo

Capacidade de adaptação

Estabilidade emotiva
Senso de humor
Confiança em si mesmo
Riqueza de meios de ação
Capacidade de decisão
Constância e tenacidade
Autocontrole
Lealdade e confiabilidade

Aptidões apostólicas

Zelo apostólico e missionário
Sentido da Igreja
Justo conhecimento do ministério sacerdotal e das suas exigências
Integração entre vida apostólica e vida religiosa
Concretas experiências apostólicas
Preparação aos ministérios e às ordens.

Momentos da elaboração
da presente *Ratio Barnabítica*

A Ratio Barnabítica – Projeto Formativo chegou como *Diretório Geral para a promoção e a formação das vocações* no Capítulo Geral de 1994 que decidira a sua revisão e a promulgação durante o sexênio 1994-2000. (cfr Deliberação 49)

De 1996 a 1999 as diversas Comissões trabalharam na redação dos vários ensaios de texto com frequentes reuniões junto às comunidades de Roma (Cúria Geral e Estudantado), Trani, S. Felice a Cancellò, Gênova (Casa Missionária), Milão (S. Barnabé) e Voghera, tomando em consideração o conselho dos entendidos no assunto e avaliando as observações e as

sugestões dos Formadores, das Casas de formação e dos confrades das Províncias sobre os textos enviados.

Sobre o texto da *Ratio* se trabalhou particularmente no primeiro Encontro dos Formadores da Congregação que se realizou em Roma, na Cúria Geral (24-29 de junho de 1996) e sobretudo no segundo encontro dos Formadores realizado em Brasília – Samambaia (3-11 de janeiro de 1998). Sucessivamente o texto foi novamente revisto, tendo em conta outras moções e observações feitas para chegar à sua última redação. A *Ratio Barnabítica– Projeto Formativo* foi aprovado em Roma no dia 2 de fevereiro de 1999, na Cúria Geral, na sessão conjunta da Consulta Geral com os Superiores Provinciais.

Um terceiro Encontro reservado aos Formadores da Congregação acontecerá em Bruxelas de 2 a 5 de janeiro de 2000, na nossa Casa de Espiritualidade “Eau Vive”, para uma tomada de conhecimento do texto da *Ratio* elaborado e aprovado na sua forma definitiva.

N.B.: Esse encontro em Bruxelas efetivamente aconteceu na data prevista, tendo cumprido seus objetivos.

ÍNDICE ANALÍTICO

(os números se referem aos parágrafos)

- Administração dos bens temporais:240
Admissão dos irmãos coadjutores á ordem do diaconato:294
Admissão ao postulado:198, ao noviciado: 207, à primeira profissão:234, à renovação dos votos:261, aos ministérios insti-tuídos:288, às ordens sacras:291ss discernimento nas admis-sões:194
Alexandre Sauli (S):28(nota);214
Angélicas:10;15;38;68;184
Antonio Maria Zaccaria (S): 3; 10; 11; 15; 17; 18; 20; 21; 22; 24; 25; 27; 29; 35-39; 44; 53; 91; 197; 229; conclusão.
Apostolado: 47-49; 125; 144; 178-182; 231; 257; 258.
Arquivo Geral:302.
Ascese: 22c, 110, 137-139.
Barnabitas: 3, 13, 15, 23, 27, 38, 46, 64, 83, 88, 91, 107, 116, 134, 139, 173, 185, 229, 250, 312.
Bartolomeu Ferrari:15 17.
Batismo:57; 59; 285; 300; 305.
Busca: 21; 39; 58; 61;82; 174.
Capítulo *de vita et moribus*:234; 262
Carisma: de fundação: 15; 16; 17. paulino: 20,22;32. da reforma: 2; 24; 27; 28; 41; 44. zaccariano:33; 356; 38; 39; 43; 45; 46; 48; 56; 64;.197; 250; 251;257; 309; 312.
Carlos Borromeu (S): 15; 28; 29
Casas de formação: 189; 193.
Código de direito canônico: 2; 3; 209; 216; 224; 229; 246; 266; 283; 298.
Colégios paulinos: 11; 15; 25; 27; 45; 184.
Comunidade formadora: 70; 85; 107; 109-113; 121; 223; 233-235.
Concílio de Trento: 10
Concílio Vaticano II:16; 34; 46.
Conferência (collazione): 22i, 41, 130, 226d.
Confessores:118; 119.
Congregação: 3; 10; 12; 45; 48; 54; 55; 86; 87; 93; 94; 99; 123; 138; 142; 178; 179; 188; 194; 195; 197; 204-207; 214; 217; 221; 222; 229; 231; 242; 244; 249; 250; 255; 258; 259; 265; 268; 269; 271; 309; 312.
Conselhos evangélicos: 22; 110; 156; 206; 232.
Constituições: 1; 3; 28; 29; 53; 176; 204; 209; 214; 224; 229.
Consultentes e peritos psicólogos: 122.
Consulta geral: 4; 275.
Consulta provincial: 4; 73; 219; 261; 274; 275;
Crucificado:20,21,22,24,35,40,41,43,64,134,197, conclusão
Cruz, loucura da:21,23,167 rito da:214
Diretor Espiritual: 114; 116; 117.
Espírito Santo: 8; 16; 17; 34; 46; 47; 82; 84; 89; 127; 155; 196; 197.
Espiritualidade paulina: 20, 21.
Esporte e tempo livre: 63.
Estilo do nosso trabalho:23
Estudantado ou segundo noviciado: natureza e escopo: 249. Ambiente formativo: 250. Formação: 251, 252. Programa de estudo: 253-256. Iniciação ao apostolado: 257, 258. Inserção na vida da Congregação: 259, 260. Renovação dos votos: 261-267. Retirada e de-missão: 268-271. Admissão à profissão sole-ne: 272-275. Preparação para a profissão sole-ne: 276-279. Renúncia aos bens: 280.
Estudo: da Sagrada Escritura: 22g. da Tradi-ção da Igreja: 22h.
Estudos: 140-150, 229, 253-256.
Eucaristia: 22ª, 22d, 35, 40, 41, 134, 160, 226ª, 244, 281, 301, critérios de avaliação
Exercícios espirituais: 134, 154, 155, 213, 241, 279, 312.
Família: 63.
Férias: 154, 155, 217, 260.
Formação permanente: ratio: 1 motivação: 304-307. Objetivos: 308-309. Tempos: 310.
Etapas: 311. Meios: 312
Formação: plano geral: 1. Orientações gerais: 82. Critérios inpirsdores: 83. Candidatos: 84,

103. Tempos e modos: 87. Conteúdos: 125.
 Escolha e formação dos formadores: 123.
 Processo formativo: 226.
 Grupos e movimentos: 63
 Hábito religioso: 244
 História e espiritualidade da Congregação: 229d.
 Igreja: 5, 9, 14, 16, 17, 18, 22h, 23, 26, 27, 32, 34, 36, 38, 39,43, 47, 50, 54, 56, 57, 73, 82, 91, 92, 114, 134, 141, 142, 156, 159, 183, 206, 210, 229b, 244, 249, 251, 258, 265, critérios de avaliação.
 Irmãos coadjutores: 13, 87, 186, 188, 212, 256, 289, 294
 Jesus Cristo: 5, 7, 12, 20, 21, 22, 35, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 52, 53, 63, 64, 72, 77, 82, 89, 93, 127, 134, 160, 166, 167, 171, 172, 179, 197, 204, 232, 250, 251, 252, 303, 305, 306, conclusão.
 Lectio divina: 134, 226, critérios de avaliação.
 Lectura Pauli: 134.
 Leigos de S. Paulo: 15, 27, 65, 68, 184.
 Liturgia das horas 133, 226.
 Magistério eclesial: 3c.
 Maria Virgem: 90, 135, 162. Acrescentar ao nome: 248. Mãe da Divina Providência: 139.
 Mestre: 100, 106, 107, 108, 116, 120. do noviciado: 217, 221-226, 231, 233, 237. do estudantado: 251, 257, 262, 263, 275, 277, 296.
 Mestres interiores: 89-91.
 Ministérios instituídos: 286-290.
 Noviciado: admissão: 207-214 natureza e escopo: 204-206 duração: 215-217. sede: 218-222. Mestre e comunidade: 223-225. Programa de estudo: 229-231.
 Conselhos evangélicos: 232 retirada e demissão: 233
 Ofício Central para as vocações: 67
 Oração mental: 22f, 134.
 Oração: 22, 132-136, 312.
 Ordem dos Clérigos Regulares de S. Paulo: 10, 13 27, 28.
 Ordens sacras: 291-302.
 Ordo Professionis religiosae: 214 (entrada no noviciado), 244 (profissão simples), 265 (renovação dos votos), 281 (profissão solene).
 Palavra de Deus: 3, 5, 22, 36, 62, 89, 132, 133, 197, 229.
 Paróquia: 63
 Pasta pessoal: 199, 302.
 Pastoral vocacional: animação: 56-62. âmbitos e meios: 63-65. responsabilidade: 66-70. estrutura de sustentação: 71-75 itinerário vocacional 76-81.
 Paulo (S): 3, 12, 20, 39, 44, 91, 139, 197, 204, 229, 250, 305.
 Penitência e ascese: 22, 137, 139.
 Postulado: natureza e finalidade: 195-197. admissão: 99, 102, 194, 198. duração, sede e responsável: 200-202. retirada e demissão 203.
 Profissão simples: 99, 185, 242-249.
 Profissão solene: 281-285.
 Programa de estudo: 229-231 (noviciado), 253-256 (estudantado)
 Província: 4, 57, 68, 71, 97, 189, 200, 202, 218, 219, 234.
 Reconciliação: 22b, 134.
 Reforma: 10, 17, 18, 21, 22, 24, 26-28, 32, 35, 36, 38, 39, 41, 43-45, 64.
 Reino de Deus: 14, 16, 77, 135, 156, 159, 252, 306.
 Retiro espiritual: 65, 119, 290.
 Retiros mensais: 134.
 Rito da Cruz: 214.
 Rosário: 226, apêndice
 Sagrada Escritura: 5, 22gj, 229.
 Santa Sé: 273, 292, 299.
 Santos Padres: 5, 22h.
 Santos: 5, 21e, 134, 139, 229.
 Silêncio interior e exterior: 22f.
 Superior Geral: 67, 95, 99, 221, 222, 245, 269, 270, 272-274, 282, 292, 295, 296, 301.
 Superior Provincial: 96, 98, 192, 203, 208, 212, 220, 222, 223, 225, 233-236, 238, 243, 245, 257, 275, 282, 285, 288, 296, 300.
 Superiores: 100, 101, 103, 118, 120, 175, 176, 177, 191, 259, 264, 276, 277.

Teologia Espiritual e da vida religiosa: 229b.	Vida fraterna em comum: 23, 6, 126, 180.
Tiago Morigia: 15,	Visita ao SS. Sacramento: 226*
Trabalho e tempo livre: 151-155, 226.	Votos religiosos e Consagração castidade: 157
Trindade: 62.	-165, apêndice. pobreza: 166-171, apêndice.
Vice-mestre: 111, 120, 217, 231, apêndice	obediência: 172-177, 251, apêndice

Documentos – Bibliografia

1. DOCUMENTOS ECLESIAIS SOBRE A VIDA RELIGIOSA, AS ORDENS SACRAS E A FORMAÇÃO DO CLERO

1.1 De vita religiosa

Documenta Ecclesiae ad vitam religiosam pertinentia usque ad annum 1949 edita in Enchiridio de statibus perfectionis, Romae 1949, continentur.

1.1.1 *Documenta Summorum Pontificum*

- PII PP. XII Constitutio apostolica *Sedes sapientiae*: principia dantur et statuta generalia probantur, quibus informari regique debentii Qui vocati sunt ad statum acquirendae religiosae perfectionis amplectendum eorumque educatores, 31 maii 1956: AAS 48 (1956), 354-365
- PAULI PP. VI Litterae apostolicae motu proprio datae *Ecclesiae sanctae* quibus normae ad quaedam exequenda SS. Concilii Vaticani II decreta statuuntur, II (“Normae ad exequendum Decretum SS. Concilii Vaticani II *Perfectae Caritatis*”) 6 augusti 1966: AAS 58 (1966), 775-782; EV 2, 840
- PAULI PP. VI Adhortatio apostolica *Evangelica Testificatio* de religiosa vita secundum Concilii Oecumenici Vaticani II renovanda praeceptiones, 29 iunii 1971: AAS 63 (1971), 497-526; 996-1058
- JOHN PAUL II, Letter *In this extraordinary Holy year* to the Bishops of the USA, inviting them to dedicate a special pastore care to the religious, april 3, 1983: OR(E) 08.06.1983, 3-4; EV 9, 184-192
- IOANNIS PAULI PP. II Adhortatio apostolica *Redemptionis dunum* ad religiosos et religiosas de eorum consecratione mysterio

redemptionis illustrata, 25 martii 1984: AAS 76 (1984), 513-546; EV 9, 721-758

- IOANNIS PAULI PP. II Epistula Apostolica *Litterae encyclicae* ad omnes personas consecratas communitatum religiosarum et institutorum saecularium Anno Mariali vertente, 22 maii 1988: AAS 80 (1988), 1639-1652; EV 11, 672-694
- JUAN PABLO II, Carta apostólica *Los caminos del Evangelio* a los religiosos y religiosas de América Latina com motivo del V centenario de la evangelización del Nuevo mundo, 29 junio 1990: AAS 83 (1991), 22-45; EV 12, 319-378
- IOANNIS PAULI PP. II Adhortatio apostolica post synodalis *Vita consecrata* de vita consecrata eiusque missione in Ecclesiae ac mundo, 25 martii 1996: AAS 88 (1996), 377-486

1.1.2 Documenta Concilii Oecumenici Vaticani II

- Constitutio dogmatica *Lumen gentium* de Ecclesia, cap VI (“De religiosis”), 21 novembris 1964: AAS 57 (1965), 49-53; EV 1, 402-414
- Decretum *Perfectae caritatis* de accomodata renovatione vitae religiosae, 28 octobris 1965: AAS 58 (1966), 702-712; EV 1 702-770

1.1.3 Documenta Synodi Episcoporum

IX coetus generalis ordinarius, *De vita consecrata deque eius munere in Ecclesiae et in mundo*, 2-29 octobris 1994:

- Lineamenta*, novembri 1992: RD 38 (1983), 73-91
- Instrumentum laboris*, LEV, Città del Vaticano 1994: RD 39 (1994), 455-492
- Omelia del Santo Padre, 2 ottobre 1994: AAS 87 (1995), 579-582
- Nuntius *Al termine del Sinodo*, 27 octobris 1994: OR 29.10.1994, 6-7; EV 14, 1515-1564
- Elenchus finalis propositionum, 28 octobris 1994: EV 14, 1565-1680
- Omelia del Santo Padre, 29 ottobre 1994: AAS 87 (1995), 633-635
- Adhortatio apostolica post-synodalis *Vita consecrata*: cf n. 1.8

1.1.4 Documenta Dicasteriorum Romanae Curiae

-S. CONGREGATIO PRO RELIGIOSIS ET INSTITUTIS SAECULARIBUS, *Instructio Renovationis causam de accomodata renovatione institutionis ad vitam religiosam ducendam*, 6 ianuarii 1969: AAS 61 (1966), 103-120; EV 3, 694-747

-S. CONGREGATIO PRO RELIGIOSIS ET INSTITUTIS SAECULARIBUS ET S. CONGREGATIO PRO EPISCOPIS, *Normae directivae Mutuae relationes pro mutuis relationibus inter episcopos et religiosos in Ecclesia*, 14 maii 1978: AAS 70 (1978), 473-506; EV 6, 586-717

-S. CONGREGATIONE PER I RELIGIOSI E GLI ISTITUTI SECOLARI, *Religiosi e promozione umana*, 12 agosto 1980: OR 12.11.1980, suppl.; EV 7, 436-504

-Id., *La dimensione contemplativa della vita religiosa*, 12 agosto 1980: OR 12.11.1980, suppl.; EV 7, 505-537

-S. CONGREGATION FOR RELIGIOUS AND FOR SECULAR INSTITUTES, *Essential Elements in the Church's Teaching on Religious Life as Applied to Institutes Dedicated to Works of the Apostolate*, May 31, 1983, Vatican City 1983: OR(E) 08.06.1983, 4-8; EV 9, 193-296

-CONGREGATIO PRO INSTITUTIS VITAE CONSECRATAE ET SOCIETATIBUS VITAE APOSTOLICAE, *Normae directivae Potissimum institutioni de institutione in religiosis institutis*, 2 februarii 1990: AAS 82 (1990), 470-532; EV 12, 1-139

-CONGREGATIONE PER GLI ISTITUTI DI VITA CONSACRATA E LE SOCIETÀ DI VITA APOSTOLICA, *La vita fraterna in comunità*, 2 febbraio 1994, LEV, Città del Vaticano 1994: OR 20.02.1994, suppl.; EV 14, 345-537

- CONGREGATIONE PER GLI ISTITUTI DI VITA CONSACRATA E LE SOCIETÀ DI VITA APOSTOLICA, Istruzione, *La collaborazione inter-istituti per la formazione*, 8 dicembre 1998, LEV, Città del Vaticano 1999.

1.1.5. Libri liturgici

-RITUALE ROMANUM, *Ordo professionis religiosae*, Typis Polyglottis Vaticanis 1975. Praenotanda: EV 3, 1972-1993

-*Una raccolta agevole e facilmente accessibile di tutta la documentazione conciliare e postconciliare è stata curata da Joseph Aubry*, Documenti sulla vita religiosa 1963-1990, Elle Di Ci, Torino 1990(2^a ed).

1.2. De sacris ordinibus

1.2.1. Documenta Summorum Pontificum

-PII PP. XII Adhortatio apostolica *Menti nostrae* de sacerdotalis vitae sanctitate promovenda, 23 septembris 1950: AAS 42 (1950), 657-702

-IOANNIS PP. XXIII Litterae encyclicae *Sacerdotii nostri primordia* primo exeunte saeculo a pientissimo obitu S. Ioannis Mariae Baptistae Vianney, 1 augusti 1959: AAS 51 (1959), 545-579

-PAULI PP. VI Litterae apostolicae motu proprio datae *Sacrum diaconatus ordinem* quibus generales normae de diaconatu permanenti in Ecclesia latina restituendo feruntur, 18 iunii 1967: AAS 59 (1967), 697-704; EV 2, 1368-1406

PAULI PP. VI Litterae encyclicae *Sacerdotalis caelibatus* de sacerdotali caelibatu, 24 iunii 1967: AAS 59 (1967), 657-697; EV 2, 1415-1513

PAOLO VI, Messaggio *A voi sacerdoti* a tutti i sacerdoti alla conclusione dell' Anno della fede, 30 giugno 1968: AAS 60 (1968), 466-470; EVSI, 231-239

PAULI PP. VI Litterae apostolicae motu proprio datae *Ministeria quaedam* quibus disciplina circa primam tonsuram, ordines minores et subdiaconatum in Ecclesia Latina innovatur, 15 augusti 1972: AAS 64 (1972), 529-534; EV 4, 1749-1977

PAULI PP. VI Litterae apostolicae motu proprio datae *Ad pascendum* quibus nonnullae normae ad sacrum diaconatus ordinem spectantes statuuntur, 15 augusti 1972: AAS 64 (1972), 534-540; EV 4, 1771-1793

IOANNIS PAULI PP. II Epistulae ad universos Ecclesiae sacerdotes adveniente feria V in Cena Domini:

- 1) *Novo incipiente*, 8 aprilis 1979: AAS 71 (1979), 393-417; EV 6, 1287-1238
- 2) *Dominicae cenae*, 24 februarii 1980: AAS 72 (1980) 113-148; EV 7, 151-232
- 3) *A ministerii nostri* (una cum precatioe *Ad te, Christe*), 25 martii 1982: AAS 74 (1982), 521-531; EV 8, 123-142
- 4) *Mentem ad vos*, 27 martii 1983: AAS 75 (1983), pars I, 43-422; EV 9, 168-177

- 5) *Avvicinandosi il giovedì santo*, 7 marzo 1984 (com allegata l'omelia pronunciata dal Santo Padre il 23 febbraio 1984 nella Messa per il giubileo dei sacerdoti): EV 9, 715-720
- 6) *Ritibus in sacris* (De iuventute in pastorali sacerdotum opere), 31 martii 1985: AAS 77 (1985): AAS 77 (1985), 728-740; EV 9, 1437-1451
- 7) *Ecce nunc nos* (S. Ioannes Maria Vianney exemplar omnibus sacerdotibus), 16 martii 1986: AAS 78 (1986), 689-702; EV 10, 36-74
- 8) *Hymno dicto* (De oratione Christi in Gethsemani), 13 aprilis 1987: AAS 79 (1987), 1285-1295; EV 10, 1553-1580
- 9) *In cenaculum* (Apud crucem cum Maria), 25 martii 1988: AAS 80 (1988), 1280-1291; EV 11, 155-282
- 10) *Anche quest'anno*, 12 marzo 1989: AAS 81 (1989), 1030-1038; EV 11, 2197-2217
- 11) *Veni creator*, 12 aprile 1990: AAS 82(1990), 417-421; EV 12, 235-242
- 12) *Lo spirito del Signore*, 10 marzo 1991: AAS 83 (1991), 463-468; EV 13, 30-47
- 13) *Ego sum vitis vera*, 29 marti 1992: AAS 84 (1992), 572-573; EV 13, 1554-1556
- 14) *Gesù Cristo*, 8 aprile 1993: AAS 85 (1993), 880-883; EV 13, 2508-2523
- 15) *Ci incontriamo oggi*, 13 marzo 1994: AAS 86 (1994), 641-648; EV 14, 567-588
- 16) *Onore a Maria*, 25 marzo 1995: AAS 87(1995), 793-803; EV 14, 2518-2535
- 17) *Consideriamo la nostra vocazione*, 17 marzo 1996: AAS 88 (1996), 539-549
- 18) *Iesu sacerdos in aeternum*, 16 marzo 1997: AAS 89 (1997), 657-662
- 19) *Com la mente e il cuore rivolti al Grande Giubileo*, 25 marzo 1998 in OR 1.04.1998.
- 20) *Abbà, Padre!*, 1 marzo 1999, in OR 26.03.1999.

-GIOVANNI PAOLO II, Catechesi sui presbiteri, nelle udienze generali dal 31 marzo al 22 settembre 1993

1.2.2. *Documenta Concilii Vaticani II*

-Constitutio Dogmatica *Lumen Gentium* de Ecclesia, n. 28, 21 novembris 1964: AAS 57 (1965), 33-36; EV 1, 354-358

Decretum *Presbyterorum Ordinis* de presbyterorum ministerio et vita, 7 decembris 1965: AAS 58 (1966), 991-1024; EV 1, 1243-1318

1.2.3. *Documenta Synodi Episcoporum*

-In coetus generalis ordinarius, *De sacerdotio ministeriali*, 30 septembris-6 novembris 1971:

Documentum *Ultimis temporibus* de sacerdotio ministeriali, 30 novembris 1971: AAS 63 (1971), 898-922; EV 4, 1135-1237

1.2.4. *Documenta Dicasteriorum Romanae Curiae*

-COMISSIO THEOLOGICA INTERNATIONALIS, Theses *Omne ministerium* de sacerdotio catholico "in forma specifica" approbatae, 10 octobris 1970: CTI, *Documenta-Documenti* (1969-1985), Libreria Editrice Vaticana, 1988, 28-30; EV S1, 391-396

-CONGREGATIO PRO CLERICIS, *Directorium pro presbyterorum ministerio et vita*, 31 martii 1994, LEV, Città del Vaticano 1994: EV 14, 750-917

-CONGREGATIONE PER IL CLERO, *Direttorio per il ministero e la vita dei diaconi permanenti*, 22 febbraio 1998: OR 13.03.1998, suppl.

1.2.5. *Libri liturgici*

-PONTIFICALE ROMANUM, *De institutione lectorum et acolytorum. De admissione inter candidatos ad diaconatum et presbyteratum. De sacro caelibatu amplectendo*, editio typica, Typis Polyglottis Vaticanis 1972. Praenotanda: EV 4, 1850-1857

- PONTIFICALE ROMANUM, *De ordinatione episcopi, presbyterorum et diaconorum*, editio typica altera, Typis Polyglottis Vaticanis, 1990. Praenotanda: Not 26 (1990), 76-95; EV 11, 2291-2376

1.3. **De clericorum institutione**

- Documenta Ecclesiae allumnis instituendis usque ad annum 1938 edita in S. Congregatione de Seminariis et Studiorum Universitatibus Enchiridio Clericorum, Typis Polyglottis Vaticanis 1938, continentur.

1.3.1. *Documenta Summorum Pontificum*

1. PAULI PP. VI Epistula apostolica *Summi Dei Verbum* quarto exacto saeculo post constituta a concilio OecumenicoTridentino sacra seminaria, 4 novembris 1963: AAS 55 (1963), 979-995; EV 2, 63-84
2. IOANNIS PAULI PP. II Adhortatio apostolica postsynodalis *Pastores dabo vobis* de sacerdotum formatione in aetatis nostrae rerum conditione, 25 martii 1992: AAS 84 (1992): AAS 84 (1992), 657-804; EV 13, 1154-1553
3. Messaggi annuali per la Giornata mondiale di preghiera per le vocazioni, dal 1964

1.3.2. Documenta Concilii Ecumenici Vaticani II

Decretum *Optatam totius* de institutione sacerdotali, 28 octobris 1965: AAS 58 (1966), 713-727; EV 1, 771-818

1.3.3. Documenta Synodi Episcoporum

-VIII coetus generalis ordinarius, *De sacerdotibus formandis in hodiernis adiunctis*, 30 septembris – 28 octobris 1990:

-*Lineamenta*, aprili 1989: RD 34 (1989), 450-460

-*Instrumentum laboris*, iulio 1990: RD 35 (1990), 449-467

-Sermo Summi Pontificis in XXX et postrema congregatione habitus, 27 octobris 1990: AAS 83 (1991), 494-499; RD 35 (1990), 694-695

-Nuntium Patrum Synodali ad Populum Dei, 28 octobris 1990: OR 29-30.10.1990; EV 12, 532-544

-Adhortatio apostolica postsynodalis *Pastores dabo vobis*: cf n. 1.7

1.3.4 Documenta Dicasteriorum Romanae Curiae

-S. CONGREGATIO DE SEMINARIIS ET STUDIORUM UNIVERSITATIBUS, Instructio *Doctrina et exemplo* de sacrorum alumnorum liturgica institutione, 25 decembris 1965: Sem 18 (1966), 37-63; EV 2, 501-589

- S. CONGREGATIO PRO INSTITUTIONE CATHOLICA, *Litterae circulares Synodi episcopalis de cleri efformatione*, 23 maii 1968: EV S1, 148-207
- S. CONGREGATION POUR LA FORMATION CATHOLIQUE, *Lettre circulaire La question ds petits séminaires sur les petits séminaires*, 23 mai 1968: EV 3, 397-419; S1, 183-207
- S. CONGREGATIO PRO CLERICIS, *Litterae circulares Inter ea de permanenti cleri, mxime iunioris, institutione et formatione secundum placita congregationis plenariae die 18 octobris anno 1968 habitae*, 4 novembris 1969: AAS 62 (1970), 123-134; EV 3, 1745-1788
- S. CONGREGATIO PRO INSTITUTIONE CATHOLICA, *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis*, 6 ianuarii 1970: AAS 62 (1970), 321-384; EV 3, 1796-1947; editio apparata post C.I.C. promulgatum, 19 martii 1985, Typis Polyglotis Vaticanis, Romae 1985: EV S1, 918-1072
- S. CONGREGATIONE PER L'EVANGELIZZAZIONE, *Lettera circolare Nello studio di rinnovamento sul significato e valore della vocazione missionaria e sulla speciale ormazione dei futuri missionari*, 17 maggio 1970: EV 3, 2482-2507
- S. CONGREGATION POR L'EVANGELIZATION, *Lettre circulaire Puisque la "Ratio" sur la formation missiologique des futures prêtres*, 17 mai 1970: EV 3, 2543-2550
- S. CONGREGATION DE L'EDUCATION CATHOLIQUE, *Lettre circulaire Em cette période sur l'enseignement de la philosophie dans les séminaires*, 20 janvier 1972: DC 69 (1972), 262-267; EV 4, 1516-1556
- S. CONGREGATIONE PER L'EDUCAZIONE CATTOLICA, *Orientamenti educativi per la formazione al celibato sacerdotale*, 11 aprile 1974, Tipografia Poliglotta Vaticana, Roma 1974: EV 5, 190-426
- S. CONGREGATIO PRO INSTITUTIONE CATHOLICA, *Litterae circulares Postremis hisce annis de doctrina iuris canonici candidatis ad sacerdotium tradenda*, 2 aprilis 1975: Comm 7 (1975), 12-17; EV 5, 1221-1242
- S. CONGREGAZIONE PER L'EDUCAZIONE CATTOLICA, *La formazione teologica dei futuri sacerdoti*, 22 febbraio 1976, Tipografia Poliglotta Vaticana, Roma 1979: OR 05-06.04.1976; EV 5, 1766-1911

S. CONGREGATION POUR L'EDUCATION CATHOLIQUE, Note *L'institution des petit séminaires* à propos des petits séminaires, 7 juin 1976: EV 5, 2054-2064

-S. CONGREGATIO PRO INSTITUTIONE CATHOLICA, Litterae circulares *Vocationes aduitorum* de cura et formatione vocationum aduitorum, 14 iulii 1976: EV 5, 2097-2108

-S. CONGREGATIONE PER L'EDUCATIONE CATTOLICA, Lettera circolare *Agli inizi del corrente decennio* con la quale si chiede di predisporre i piani pastorali diocesani per le vocazioni; Suggerimenti per la redazione del piano pastorale diocesano per le vocazioni e indice degli argomenti, 2 gennaio 1978: Voc, giugno 1978, 70-80; EV 6, 518-575

-S. CONGREGATIO PRO INSTITUTIONE CATHOLICA, Instructio *In ecclesiasticam futurorum* de institutione liturgica in seminariis, 3 junii 1979, Typis Polyglottis Vaticanis, Romae, 1979: Not 15 (1979), 526-565; EV 6, 1550-1704

-S. CONGREGATION FOR CATHOLIC EDUCATION, Letter *The document on the spiritual formation in seminaries*, January 6, 1980: OR(E) 21.04.1980, 7-10; EV 7, 45-90

-CONGREGATIONE PER L'EDUCAZIONE CATTOLICA, *Orientamenti per la formazione dei futuri sacerdoti circa gli strumenti della comunicazione sociale*, 19 marzo 1986, Tipografia Poliglotta Vaticana, Città del Vaticano 1986: EV 10, 75-195

-CONGREGAZIONE PER L'EVANGELIZZAZIONE DEI POPOLI, Lettera circolare *La Congregazione* per alcune direttive sulla formazione nei seminari maggiori, 25 aprile 1987: EV 10, 1734-1750

-CONGREGAZIONE PER L'EDUCAZIONE CATTOLICA, Lettera circolare *La seconda assemblea* su "La vergine Maria nella formazione intellettuale e spirituale", 25 marzo 1988: OR 02.06.1988; EV 11, 283-324

-CONGREGAZIONE PER L'EDUCAZIONE CATTOLICA, *Orientamenti per lo studio e l'insegnamento della dottrina sociale della Chiesa nella formazione sacerdotale*, 30 dicembre 1988: OR 28.06.1989; EV 11, 1901-2109

-CONGREGATIO DE INSTITUTIONE CATHOLICA. Instructio *Inspectis dierum* de Patrum Ecclesiae studio in sacerdotali institutione, 10 novembris 1989: AAS 82 (1990), 607-636; EV 11, 2831-2897

-PONTIFICIA OPERA PER LE VOCAZIONI ECCLESIASTICHE, *Sviluppi della pastorale delle vocazioni nelle Chiese particolari*, a cura delle Congregazioni per l'educazione cattolica e per gli I.V.C. e le

S.V.A., 6 gennaio 1992: OR 17.01.1992; RD 37 (1992), 214-228

-CONGREGAZIONE PER L'EDUCAZIONE CATTOLICA (dei seminari e degli istituti di studi), *Directive sulla preparazione degli educatori nei seminari*, 4 novembre 1993: OR 12.02.1994; EV 13, 3151-3284

-CONGREGAZIONE PER L'EDUCAZIONE CATTOLICA, *Directive sulla formazione dei seminaristi circa i problemi relativi al matrimonio e alla famiglia*, 19 marzo 1995, LEV, Città del Vaticano 1995: EV 14, 2100-2165

-PONTIFICIA OPERA PER LE VOCAZIONI ECCLESIASTICHE, *Nuove vocazioni per una nuova Europa (In verbo tuo...)*, documento finale del Congresso sulle vocazioni al sacerdozio e alla vita consacrata in Europa (Roma, 5-10 maggio 1997), a cura delle CONGREGAZIONI PER L'EDUCAZIONE CATTOLICA, per le Chiese orientali, per gli I.V.C. e le S.V.A., 6 gennaio 1998: OR 28.01.1998, suppl.;RD 43 (1998), 142-166

-CONGREGAZIONE PER L'EDUCAZIONE CATTOLICA, *Norme fondamentali per la formazione dei diaconi permanenti*, 22 febbraio 1998: OR 11.03.1998, suppl.

2.

BIBLIOGRAFIA BARNABITICA

2.1 Fontes

-A. M. ZACCARIA, *Lettere, Sermoni, Costituzioni*, Roma 1986

-*Primavera barnabita*, Roma 1951

-*Constitutiones Clericorum Regularium S. Pauli Decollati*, Mediolani 1579

-*Constitutiones Clericorum Regularium S. Pauli Decollati*, Romae 1946

-*Costituzioni dei Chierici Regolari di S. Paolo – Barnabiti*, Roma 1984

2.2 Históricos

-GABUTIUS I. A., *Historia Congregationis Clericorum regularium S. Pauli*, Romae 1852

-SICCUS A., *De Clericorum Regularium S. Pauli Congregatione et parentibus synopsis*, Mediolani 1682

- PREMOLI O., *Storia dei Barnabiti*, voll. 1-3, Roma 1913-1925
- GENTILI A., *I Barnabiti*, Roma 1967
- BOFFITO G. *Scrittori Barnabiti*, voll. 1-4, Firenze 1933-1937
- LEVATI L. e collaboratori, *Menologio dei Barnabiti*, VOLL. 1-12, GENOVA 1932-1937
- COLCIAGO V. – DE RUGGIERO S., *Menologio dei Barnabiti dal 1939 al 1976*, Roma 1977
- Vite dei nostri santi, venerabili e servi di Dio.*

2.3. Coleções

- Barnabiti Studi*, nn. 1-14
- Quaderni di vita barnabítica*, especialmente os nn. 4, 6, 7, 8, 9, 10
- Coleção *Panem nostrum*, nn. 1-5, Firenze 1979-1981
- Quaderni di spiritualità barnabítica*, nn. 1-2 Firenze 1972-1979
- Collane di vite edite dal p. I. Gobio*, voll. 1-18, Milano 1858-1862
- GENTILI A. – SCALESE G., *Prontuario per lo Spirito*, Milano 1994
- SPINELLI A., *Verso la perfezione insieme*, Milano 1989

Explicando as modificações no texto da Ratio Barnabítica

Estabelecendo objetivos e conteúdos a respeito do período do Postulantado (Deliberação 17a do CG 2006).

Os formadores responderam à solicitação do CG 2006, fornecendo subsídios preciosos para a nova redação dos números 195-203. Foram muitas e, por vezes, acaloradas, as intervenções dos participantes do encontro dos formadores (Roma, 6-10/02/2008). Quais os objetivos dessas intervenções?

- a. Verificar as dificuldades específicas desta etapa da formação inicial.
- b. Estabelecer linhas essenciais para a mesma etapa.
- c. Integrar o texto original e corrigir os números 195-203, onde se fizesse necessário.

Verificando

A experiência mostra que se deve exigir dos Postulantes uma preparação séria e profunda quanto aos vários aspectos descritos na Ratio, número 197, evitando a pressa que não permite a verdadeira inserção no nosso modo de vida.

a. Os Mestres de Noviços notaram diversas carências na formação dos Postulantes, quais sejam:

- uma experiência de fé nem sempre autêntica e profunda,
- uma educação para a oração, muitas vezes, inadequada,
- os problemas afetivos deveriam ser logo enfrentados e de maneira mais eficaz,
- a cultura básica dos Postulantes não é suficiente para uma boa assimilação dos vários conteúdos próprios do ano do Noviciado.

b. Em todo caso, é preciso agir com sabedoria, para evitar esquemas muito rígidos e métodos de formação fechados e/ou fragmentados, por causa da grande diversidade das situações de origem dos candidatos:

- alguns são acompanhados por um Barnabita, porque fazem parte de nossas paróquias, colégios, ... e deveriam estar mais preparados do que outros candidatos,
- outros, mesmo sendo nossos conhecidos, apresentam um deficit de formação cultural e espiritual,
- outros, ainda, nem são muito bem conhecidos por nós.
- a grande diferença de idades (20-50 anos) entre os candidatos, quer o grupo seja grande ou pequeno.

Propostas

- É importante respeitar as características específicas das várias etapas de formação, dosando os conteúdos da espiritualidade paulino-zaccariana, evitando, assim, repetições inúteis. Isso favorecerá um crescimento mais equilibrado dos candidatos. A esse propósito, os formadores enviem, para a Consulta Geral, material formativo preparado por eles ou por outros, bem como uma lista de subsídios úteis, de modo que cada casa de formação tenha uma pequena biblioteca para cada etapa de formação.

**Que tenham boas qualidades,
boa vontade, fogo e luz.**

PADRES E IRMÃOS
BARNABITAS